

# Relatório de Atividades 2012



Instituto de Defesa do Direito de Defesa

# 6º JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO DO IDDD

11 de dezembro de 2012, 20h

O IDDD agradece o apoio dos associados e parceiros ao 6º Jantar de Confraternização, de 2012.

A colaboração de todos é fundamental para viabilizar a continuidade das atividades e dos projetos do Instituto.

## APOIO

Charlo  
buffet



LIONS NIGHTCLUB

ARA  
VARTANIAN

Ga  
GALERIA DE ARTE ANDRÉ  
ARTE & CULTURA DESDE 1959

INSTITUTO  
TOMIE OHTAKE

CLAUDIO  
TOZZI

EDUARDO  
MUYLAERT

WILSON  
TEIXEIRA



CARBONO  
ZEROCOUPIER

FULÔ

# PALAVRA DA PRESIDENTE

Caros associados e parceiros,

com o intuito de agradecer por seu apoio e participação na luta pelo fortalecimento do direito de defesa, apresentamos relatório acerca das atividades desenvolvidas no ano de 2012, num formato novo, em que, de forma objetiva, abordamos todos os projetos e seus respectivos desdobramentos.

A partir dos relatos de nossos 14 projetos em andamento será possível constatar que nos últimos anos o IDDD vem percebendo a importância de diversificar suas estratégias para cumprir a sua missão de defender e fortalecer o direito de defesa. Sem abandonar a grande vocação do Instituto de prestar assistência jurídica gratuita e de qualidade, o IDDD tem envidado esforços para aprimorar a sua atuação perante os três poderes, no sentido de implementar políticas públicas que aperfeiçoem o sistema de justiça criminal, sempre numa perspectiva de fortalecimento das garantias constitucionais individuais.

Imbuído do mesmo propósito de ampliar o seu campo de atuação, o Instituto, consolidou sua área de comunicação para aprimorar a relação com seus apoiadores e para potencializar a difusão da causa que defende. E também com o objetivo de ampliar o alcance do nosso trabalho, temos firmado parcerias com outras ONGs e Institutos voltados à articulação em diversas frentes, numa perspectiva de unir forças em torno da mesma causa.

Apesar de todos esses esforços, o ano de 2012 termina com um cenário preocupante para o direito de defesa e também para a figura do advogado, a quem incumbe exercer, em nome do acusado, as garantias constitucionais em toda a sua plenitude. Assim, fica ainda mais evidente a relevância do trabalho que está sendo realizado pelos nossos associados voluntários, funcionários e apoiadores.

Mais do que nunca o IDDD precisa continuar trabalhando de forma obstinada e intransigente para difundir a noção de que a observância do direito de defesa é essencial para a distribuição da justiça, a ideia de que uma defesa de qualidade e combativa é pressuposto para a democratização do acesso à justiça e ainda que o entendimento de que o poder de punir do Estado deve sempre passar pelo filtro do respeito inflexível aos direitos e garantias individuais do cidadão.

Agradeço a participação, imprescindível, dos associados, que acreditam no nosso trabalho e na importância de lutar pelo fortalecimento do direito de defesa, apoiando-nos por meio do trabalho voluntário e por meio da contribuição associativa mensal, permitindo a contínua expansão dos trabalhos realizados pelo IDDD.

Espero que a leitura deste relatório inspire todos a continuar no ano de 2013 apoiando e participando do Instituto. Seremos firmes para esclarecer e lembrar que o direito de defesa não é um aliado da impunidade, mas sim uma garantia constitucional que existe para defender todo cidadão.

Marina Dias

# INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA (IDDD)

## Conselho Deliberativo

Arnaldo Malheiros Filho

Presidente

Dora Marzo de Albuquerque Cavalcanti Cordani

Eduardo Augusto Muylaert Antunes

Flávia Rahal Bresser Pereira

José Carlos Dias

Leônidas Ribeiro Scholz

Luís Guilherme Martins Vieira

Luiz Fernando Sá e Souza Pacheco

Márcio Thomaz Bastos

Maria Thereza Aina Sadek

Nilo Batista

Sônia Cochrane Ráo

## Conselho Fiscal

Claudio Demczuk de Alencar

Fernando Eugênio D'Oliveira Menezes

## Trabalharam no IDDD em 2012

4

Carolina Diniz

Coordenadora Geral

Emanuel Paiva Pereira

Auxiliar Administrativo

Guilherme Silva

Estagiário de Direito Voluntário

Layra Abdallah

Estagiária de Direito

## Relatório

Marina Dias Werneck de Souza - Presidente do IDDD

Marcela Lopes - Diretora de Comunicação

Cristina Uchôa - Coordenadora

Janaina Gallo - Assistente

Marília Lopes dos S. Alcatrão - Redatora

Lili Lungarezi - Designer

Amanda Cássia Dia, Cristina Uchôa, Janaina Gallo, Rodrigo

Reis e Divulgação/Comunicação - DPESP - Fotos

Tiragem: 1.000 exemplares

Impresso em dezembro/2012

## Diretoria

Marina Dias Werneck de Souza

Presidente

Augusto de Arruda Botelho Neto

Vice-presidente

Andre Pires de Andrade Kehdi

Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo

Guilherme Madi Rezende

Hugo Leonardo

Ludmila Vasconcelos Leite Groch

Marcela Moreira Lopes

Paula Sion de Souza Naves

Renata Mariz de Oliveira Mendonça de Alvarenga

## Equipe

Isadora Fingerhann

Coordenadora Geral

Patricia Cavalcanti Gois

Coordenadora Administrativa-Financeira

Cristina Uchôa

Coordenadora de Comunicação

Giane Silvestre

Assistente de Projetos

Janaina Gallo

Assistente de Comunicação e Educação

Gabrielle Frujuello

Secretária

Caio Barbosa da Silva

Estagiário de Direito

## Consultores contratados em 2012

Alaide Gois

Assistente Administrativa-financeira

Luiza Freire

Ricardo Carvalho

Consultores Pedagógicos

Maíra Zapater

Pesquisadora

Mike Sousa

Produtor de Eventos

Rita Dias

Consultoria Estatística

## APRESENTAÇÃO

Palavra da Presidente	03
-----------------------	----

## O INSTITUTO EM 2012

IDDD em 2012	06
Importância dos Associados	08
Planejamento Estratégico	10
Fortalecimento Institucional	12
Pesquisa como Estratégia	14
Comunicação Institucional	15

## PROJETOS

SOS Liberdade	18
Direito de Defesa no Tribunal do Júri	20
Comunicação entre Réu e Defensor	22
Projeto Justiça Criminal (Rede de Justiça Criminal)	24
Intervenções pelo Direito de Defesa	29
Pesquisa “Uma Análise Crítica da Defensoria de São Paulo”	34
Pesquisa “Efetividade do Direito de Defesa na América Latina”	35
Educação para Cidadania no Cárcere	36
Educação para Direitos	38
Olhar Crítico	42
IDDDoc	44
Bate-papo	46
Júri Simulado	47

5

## PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Financiadores	48
Nossa Rede	49
Parceiros e Apoiadores	50

# UM ANO PARA FICAR NA HISTÓRIA

*Investimento em ação política estratégica e estruturação de área de comunicação ficam como legado de um ano marcante para o Instituto*

Já há alguns anos o IDDD vem percebendo a importância de diversificar suas estratégias para cumprir a sua missão, cada vez mais desafiadora, de defender e fortalecer o direito de defesa. Assim, sem abandonar a sua grande vocação de prestar assistência jurídica gratuita com qualidade, a organização tem se voltado também para o aprimoramento de sua atuação estratégica.

Em 2012, essa diversificação teve as primeiras manifestações concretas por meio da participação, em conjunto com outras organizações, em consulta pública realizada pela Defensoria Pública de São Paulo na construção de política de atendimento do preso provisório, com o intuito de aperfeiçoar o contato entre réu preso e defensor público. Perante o Poder Legislativo, o IDDD prosseguiu em importante mobilização para que seja inserido no ordenamento jurídico brasileiro o instituto da audiência de custódia, que consiste na apresentação do preso ao juiz até 24 horas após efetuada a prisão.

O Instituto também consolidou este ano sua área de comunicação, tanto para aprimorar a relação com seus apoiadores quanto para potencializar a difusão da causa que defende. Aumentou a visibilidade do Instituto, ao mesmo tempo em que se reativou o importante projeto “Olhar Crítico”, idealizado pela conselheira e ex-presidente Flavia Rahal, que pretende promover o diálogo com a imprensa a respeito da importância de se contemplar as garantias individuais na cobertura jornalística de casos criminais.

6

Além disso, está em fase de execução o projeto, gestado desde 2010, de um documentário inteiramente dedicado ao tema do direito de defesa na justiça criminal. “Sem Pena” está sendo filmado até o fim deste ano e certamente provocará na sociedade civil, a partir da linguagem mais acessível do cinema, uma reflexão acerca das agruras do processo criminal e de seus desdobramentos na vida do acusado, de sua família e na sociedade.

Todos esses foram avanços significativos para o Instituto, que naturalmente vieram acompanhados de um grande amadurecimento e de um crescimento da estrutura da organização. Nenhuma evolução, no entanto, permite que se abandonem as práticas e conquistas originais.

Para conseguir ampliar a atuação para novas áreas, foi preciso consolidar as atividades tradicionalmente praticadas pelo Instituto: os projetos de assistência jurídica gratuita (mutirão carcerário e Júri, somando cerca de 700 processos, v. pág. 18), as intervenções pelo direito de defesa, por meio da litigância estratégica (são quatro participações como *Amicus Curiae* no STF e uma Ação Civil Pública, v. pág. 30), o posicionamento público sempre que ameaças ao direito de defesa são observadas (foram nove notas públicas) e, ainda, a manutenção de dois diferentes projetos de educação em direitos (foram 50 aulas em 3 diferentes presídios e mais de 100 horas-aula para adolescentes de uma Escola Estadual).

Como pilar fundamental, não se pode deixar de lado a preocupação de caminhar em conjunto com os associados, os principais parceiros do instituto, ouvindo suas sugestões e lhes oferecendo retorno sobre as atividades. Foram promovidos três eventos exclusivamente para os associados (v. pág. 08) e outros eventos abertos ao público, como um Bate-papo sobre a Reforma do Código Penal (pág. 46), um Júri Simulado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (pág. 47) e o Jantar Anual de Confraternização, faz com que o instituto seja cada vez mais conhecido entre seus pares.

- | Mais de 300 associados | 14 projetos em andamento
- | Mutirão com 637 atendimentos | 50 aulas em presídios
  - | 4 *Amici Curiae* no STF | 1 Ação Civil Pública
- | 9 notas públicas | Mais de 70 menções na imprensa
- | 3 reuniões de associados | 3 eventos abertos ao público
  - | 2 novos financiadores | 3 pesquisas em andamento
  - | Cerca de 100 voluntários em projetos
  - | Mais de 1.000 horas de voluntariado
- | Mais de 1.000 projetos de lei monitorados no Congresso Nacional
  - | Mais de 60 nomeações para o Tribunal do Júri
  - | 60 adolescentes no projeto Educação para Direitos

Ao longo do desenvolvimento de tantas atividades, colocou-se à frente da gestão do IDDD a importante demanda de aprimorar o planejamento estratégico e a administração de um orçamento crescente (v. quadro a baixo), para que se possa potencializar a atuação de seus voluntários, altamente qualificados, sempre com a retaguarda de um corpo de profissionais contratados pelo Instituto, aptos a otimizar as atividades e os resultados.

Por tudo isso, algumas mudanças e esforços marcaram o ano de 2012: o crescimento e o fortalecimento institucional, com a contratação de novos funcionários e especial ênfase nas áreas de comunicação e de pesquisas de diagnóstico sobre o direito de defesa, que proporcionam uma visão panorâmica do cenário, auxiliando na luta pela garantia da efetividade dos direitos relacionados à defesa. Os números e os resultados estão explicados em detalhe nas páginas a seguir.

7

## IDDD EM NÚMEROS

### 1. Receitas:

#### • Institucional (até 23/11)

- 1.1. Contribuição associativa: R\$ 97.906,56
- 1.2. Doações de pessoas físicas e jurídicas: R\$ 51.000
- 1.3. Jantar anual de confraternização: R\$ 5.600,26 (venda de convites)
- 1.4. Outras receitas: R\$ 4.935,91

#### • Financiamentos (até 31/10):

- 1.4. Open Society Foundations (OSF): R\$ 151.970,96 (julho) – Saldo: R\$ 0,00\*
- 1.5. Fundação Arymax: R\$ 50.000,00 (aportes em maio e junho) - Saldo: R\$ 25.479,91

1.6. Fundo de Investimento Social A. Jacob e Betty Lafer: R\$ 66.436,00 + R\$ 88.276,00 = R\$ 151.712,00 (aportes em dezembro de 2011 e julho de 2012) - Saldo: R\$ 84.378,81

*\*o cronograma de desembolso do financiador prevê nova parcela de US\$ 75.000 até o fim de 2012*

### 2. Despesas (até 31/10):

Despesa institucional: R\$ 323.722,60 (neste cálculo estão considerados os custos fixos do IDDD, incluindo os recursos humanos)

*O balanço anual completo do instituto, inclusive com as despesas de cada projeto, será publicado e estará disponível no site do IDDD no início de 2013.*

# VOLUNTARIADO QUALIFICADO E FORÇA INSTITUCIONAL

*Garantia de qualidade e expertise no desenvolvimento dos projetos vem do envolvimento voluntário dos advogados associados*

O Instituto fecha o ano de 2012 com mais de 300 associados, sendo que 38 se associaram em 2012. Formado, em sua grande maioria, por advogados criminalistas, o IDDD tem sido reconhecido por diferentes instituições e importantes interlocutores como uma das poucas organizações não governamentais que têm em sua base o trabalho voluntário de alto valor agregado, prestado por esses associados em diferentes projetos.

Ao participar de um mutirão carcerário, ao assumir um processo no Júri pelo Convênio com a Defensoria, ao se debruçar na análise de propostas de lei ou outras atividades, os associados trazem uma bagagem diferente porque são profissionais que estão no enfrentamento diário de processos penais, vendo na prática quais são as dificuldades enfrentadas por aqueles que atuam na defesa penal.

Do total de associados, em 2012 passou de 100 o número de envolvidos como voluntários em um ou mais projetos. Ao interagir com uma realidade diferente da que vivencia em seu escritório, essa experiência também se transforma em aprendizado e crescimento pessoal, de forma que o voluntariado do IDDD é algo que rende frutos para o próprio associado, para aquele que é atendido pelo IDDD e, conseqüentemente, para a sociedade como um todo.

8

Além disso, quando um advogado associa-se ao IDDD, ele está investindo na defesa da causa. Quando concorda em pagar mensalmente uma contribuição, é uma forma de expressar que acredita na importância do trabalho do Instituto pelo fortalecimento do direito de defesa. O fato de cada associado contribuir com uma parcela mensal para colaborar com a manutenção do Instituto faz com que o IDDD possa se manter como instituição independente, capaz de financiar parte de suas atividades básicas sem depender dos incertos financiamentos do terceiro setor e, principalmente, capaz de se manter autônomo em relação a financiamentos governamentais.

Por isso, o IDDD tem buscado ampliar o contato e o retorno sobre sua atuação para esse grupo tão importante, por meio do aprimoramento dos canais de comunicação com o associado (site, envio de comunicados por email) e promoção de eventos voltados ao estreitamento dos vínculos entre os integrantes do IDDD. Em 2012, foram feitas 3 reuniões de associados (v. quadro), além de um Bate-papo (v. pág. 46) e, como já se tornou tradição, o 6º Jantar Anual de Confraternização, marcado para 11 de dezembro.



Para valorizar os associados que mais se envolvem como voluntários nos projetos, o IDDD promove a entrega do prêmio “associadíssimo” em seu Jantar anual de Confraternização. Em 2011, o Prêmio foi oferecido a três associados: Mariana Cavalheiro Alves de Queiroz, José Carlos Abissamra Filho e Thiago Anastácio.

Diretor de Associados: Hugo Leonardo

Mais de 300 associados ao Instituto

Cerca de 100 associados são voluntários em projetos

3 reuniões de associados e outros eventos

16 Comunicados para associados

## REUNIÕES E INFORMES MANTÊM ASSOCIADOS ATUALIZADOS



O IDDD promoveu três encontros de associados em 2012. Nessas ocasiões, houve informes completos sobre as atividades desenvolvidas nos diferentes projetos. Somados ao fortalecimento da área de comunicação institucional (v. pág. 15), os encontros de associados, sempre realizados na sede do IDDD, também servem para receber sugestões e estreitar os vínculos entre os integrantes do Instituto. Em outubro, foi promovido também um Bate-papo, evento que reúne muitos associados, embora não seja exclusivamente destinado a estes (v. pág. 46).

### 07/março, 19h - Reunião ordinária

30 associados presentes

Pauta: projetos Olhar Crítico, Documentário “Sem Pena”,

Direito de Defesa no Tribunal do Júri, SOS Liberdade e Educação para Direitos.

### 04/junho, 19h - Assembleia Geral

40 associados presentes

Pauta: aprovação de contas e de relatório de atividades, ratificação de admissão de novos associados, alterações estatutárias e informes sobre todos os projetos e questões institucionais.

### 31/outubro, 19h - Reunião ordinária

10 associados presentes

Pauta: projetos Justiça Criminal, Olhar Crítico e Documentário “Sem Pena”.



# EM BUSCA DE RESULTADOS MAIORES

*Foi fundamental compreender as prioridades e eixos estratégicos de atuação da instituição*

Dando um passo importantíssimo em 2012, a gestão do IDDD realizou, em seu planejamento estratégico anual, um inventário das atividades totais desenvolvidas pelo instituto atualmente, mapeando não só as realizações, mas também identificando a posição estratégica de cada um dos 14 projetos em andamento, considerando que, além da vocação inicial do IDDD de prestar assistência jurídica gratuita, é fundamental que a atuação processual renda também levantamento de indicadores e some-se a articulações estratégicas (de *advocacy*\*) voltadas para o aprimoramento de políticas públicas na área penal.

Com o apoio da consultoria Move Social, especializada em avaliação e estratégia em desenvolvimento social, o IDDD trabalhou na identificação e compreensão das áreas estratégicas a fim de ampliar e aumentar a eficácia de sua atuação, para cumprir sua missão, como mostra o quadro, que guia a exposição dos projetos e estratégias nas próximas páginas deste relatório.

Foi identificada também a força dos projetos de educação em direitos de cidadania em andamento. E foi assimilado que a realização da missão do Instituto e sensibilizar a sociedade civil para a causa, é cada vez mais importante promover projetos de comunicação com o grande público, colocando na pauta de discussão temas caros ao IDDD.

Para conseguir atingir resultados concretos em todos os eixos estratégicos, também é necessário dispender esforços para o fortalecimento institucional e apostar na produção de conhecimento, pois são as informações que instrumentalizam a sensibilização da sociedade para o direito de defesa e a incidência política na implementação de políticas públicas.

## ATUAÇÃO JURÍDICA

**SOS Liberdade**

**Direito de Defesa no  
Tribunal do Júri**

*\*Advocacy:*  
ativismo  
estratégico junto  
às instituições  
políticas para  
defesa de direitos  
relacionados  
ao exercício da  
cidadania.

**FORTALECIMENTO  
INSTITUCIONAL**

**Jantar de  
Confraternização  
Reunião de Atualização  
de Projetos**

## ATUAÇÃO POLÍTICA

**Comunicação entre  
Réu e Defensor**

**Projeto Justiça  
Criminal (Rede)**

**Intervenções pelo  
Direito de Defesa**

**Pesquisa Defensoria  
(Olhar Crítico)**

**Pesquisa: Efetividade  
da Defesa Criminal na  
América Latina**

## EDUCAÇÃO

**Educação para  
Cidadania no Cárcere**

**Educação para Direitos**

**LIVREria\***

## DISSEMINAÇÃO DE PRINCÍPIOS

**Olhar Crítico**

**Bate-papo**

**IDDDoc**

**Sem Pena |  
Demasiado Humano\***

\* Projetos em fase de Planejamento ou Captação de Recursos.

**ESTRATÉGIA-MEIO:  
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO  
(PARA ADVOCACY)**

# CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSCIENTE

*Aposta no aprimoramento da gestão institucional  
garante consistência em resultados*

A consolidação da gestão estratégica do IDDD resulta de uma análise profunda que só foi possível pelo empenho e acompanhamento incessantes por parte do corpo diretivo da instituição, que dedica dezenas de horas de participação voluntária, com o comparecimento a reuniões internas e junto a instituições relacionadas à área de interesse do IDDD, entre outras atividades.

Com a distribuição de funções de gestão entre os diretores, o IDDD conseguiu alcançar melhores resultados em suas ações. Cada Diretor assume uma atribuição de gestão e ao menos um projeto para coordenar, com a colaboração de associados voluntários e, muitas vezes, associados coordenadores.

Além disso, em alguns projetos é estratégico e essencial que o trabalho dos associados voluntários seja acompanhado por profissionais de áreas complementares, especialmente contratados para isso.

Dessa maneira, necessidade de buscar a ampliação das fontes de financiamento para cobrir despesas de serviços, recursos humanos e despesas relacionadas aos projetos foi reconhecida como prioridade central para o desenvolvimento do Instituto, bem como o aprimoramento da gestão administrativa e do relacionamento com os associados, que mantêm papel central para a sustentação ideológica e material da organização.

12 Como base para a captação de recursos, o investimento em plataformas de visibilidade, apresentação institucional e de prestação de contas foi priorizado, bem como se ampliou uma cultura interna de autoavaliação, com o acompanhamento da consultoria Move Social, para observar o alinhamento e o nível de satisfação dos resultados dos projetos em relação a sua proposta de atuação e à missão institucional.

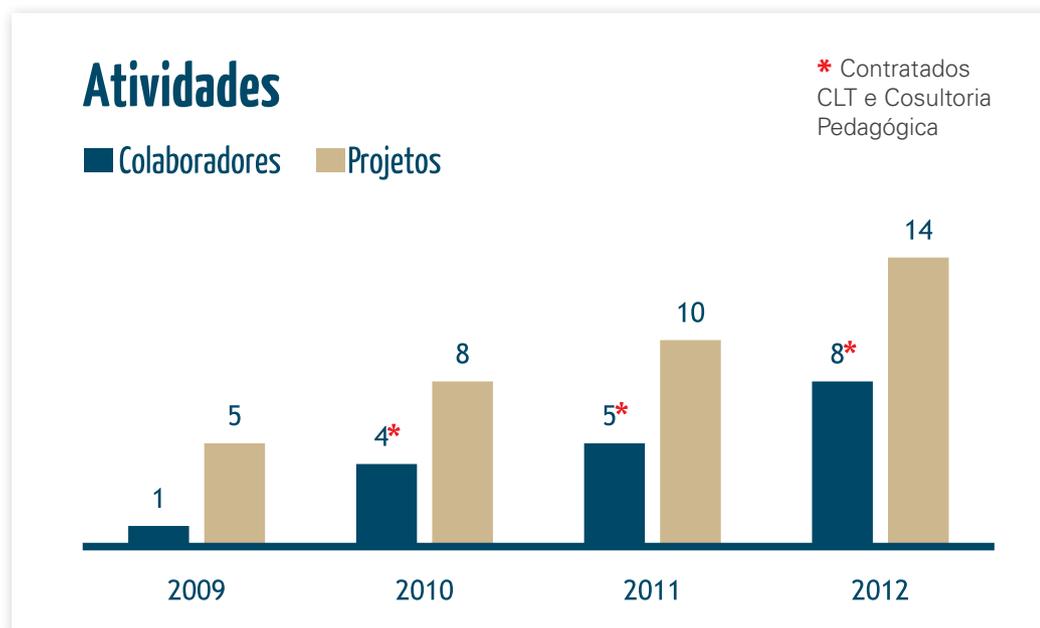
Somaram-se a essas prioridades a formação continuada da equipe de gestão para a realização dessa busca por financiamento. Diretores e colaboradores participaram de eventos de capacitação e integração com organizações do terceiro setor e áreas afins, como Congresso do Gife, Seminário sobre Avaliação de Projetos Sociais (Fundação Roberto Marinho e Move Social), Oficina sobre Avaliação de Impacto de Projetos Sociais (Move Social e Instituto Sou da Paz), Colóquio de Direitos Humanos da Conectas e IV Encontro Brasileiro de Educomunicação. Os eventos foram fundamentais para o aprimoramento de conhecimentos e também para a realização de contatos e levantamento de possíveis prospecções de financiamento para o futuro. Não por acaso, o IDDD vem aumentando o número de fontes de recursos para sustentar suas ações (veja quadro).

Diretora Administrativa: Renata Mariz de Oliveira Mendonça de Alvarenga

Diretora de Captação de Recursos: Paula Sion de Souza Naves

Diretora Financeira: Ludmila Vasconcelos Leite Groch

Diretor Jurídico: Andre Pires de Andrade Kehdi



13

## NOVOS FINANCIADORES DE PROJETOS DO IDDD - 2012

FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL  
A. JACOB E BETTY LAFER

Projeto "Olhar Crítico"



Projeto "Educação para Direitos"



Ampliação para mais um projeto: Pesquisa "Efetividade do Direito de Defesa na América Latina"

(A OSF oferece financiamento para o IDDD desde 2010, nos projetos Educação para Cidadania, Comunicação entre Réu e Defensor e SOS Liberdade, bem como fortalecimento institucional)

ambever



Documentário "Sem Pena"



## MAIS DADOS, MAIS IMPACTO

*Três projetos têm como objetivo o levantamento de informações e diagnóstico para instrumentalizar ação política*

Diretora de Estudos: Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo

Em 2012, o IDDD passou a dar mais atenção para a realização de pesquisas em seus projetos, com a percepção, sobretudo relacionada ao projeto SOS Liberdade, de que a realização de atuação jurídica em favor de réus necessitados é uma ação fundamental, mas não suficiente para propor soluções efetivas para a problemática do acesso à justiça e, portanto, da efetivação do direito de defesa em sentido amplo.

Ainda que a vocação principal do IDDD não seja a produção científica, a realização de pesquisas com finalidades específicas e baseadas em atividades e situações práticas da advocacia criminal é uma das atividades que mereceu destaque no planejamento estratégico, ao lado do investimento em fortalecimento institucional.

Investindo na manutenção da socióloga especializada em justiça criminal e situação prisional, Giane Silvestre, doutoranda na Universidade Federal de São Carlos, o IDDD passou a realizar uma pesquisa complementar ao projeto SOS Liberdade (pág. 18), bem como iniciou a realização de dois outros importantes levantamentos: a pesquisa “Uma Análise Crítica sobre a Defensoria Pública do Estado de São Paulo” (pág. 34), e “Efetividade do Direito de Defesa na América Latina” (pág. 35).

14

Todas essas pesquisas, quando consolidadas, servirão para fundamentar propostas de aprimoramento das instituições jurídicas e certamente reforçarão os projetos jurídicos e políticos estratégicos, como o “Comunicação entre Réu e Defensor” (pág. 22) e o projeto “Justiça Criminal” (pág. 24), uma articulação em busca de propostas mais justas para o sistema penal brasileiro.

## PARA SER VISTO E OUVIDO

*Além de ter resultados na sensibilização da sociedade, visibilidade fortalece credibilidade e estrutura institucional*

Diretora de Comunicação: Marcela Moreira Lopes

Apoio:



### Principais atividades:

- | Mais de 50 notícias no site e mídias sociais
- | Fechamento de vídeo institucional de projeto
- | Publicação de artigo em revista especializada
- | Candidatura a 2 editais de serviços pro bono
- | 62% de aumento no acesso do site
- | 250% de aumento no número de seguidores no Facebook
- | Mais de 70 aparições do nome do IDDD na imprensa

Entre os investimentos mais marcantes para o IDDD em 2012 está o fortalecimento das atividades de comunicação. Coincidindo com o lançamento do novo site, no fim do último ano, o IDDD passou a realizar, em janeiro, o projeto “Olhar Crítico” (pág. 42), bem como iniciou a filmagem do documentário “Sem Pena” (pág. 44) no segundo semestre.

Além desses projetos de comunicação, o investimento específico para o fortalecimento da área de comunicação institucional, seja para relatar as atividades do Instituto nas plataformas de visibilidade próprias, como site e mídias sociais, seja para a produção de vídeo institucional\*, ou ainda por meio de assessoria de imprensa e comunicação com associados e parceiros (v. pág. 10), trouxe resultados relevantes para tornar o IDDD mais conhecido e presente entre os diferentes públicos relacionados com a causa defendida.

\* Vídeo do projeto Educação para Cidadania no Cárcere (pág. 36)

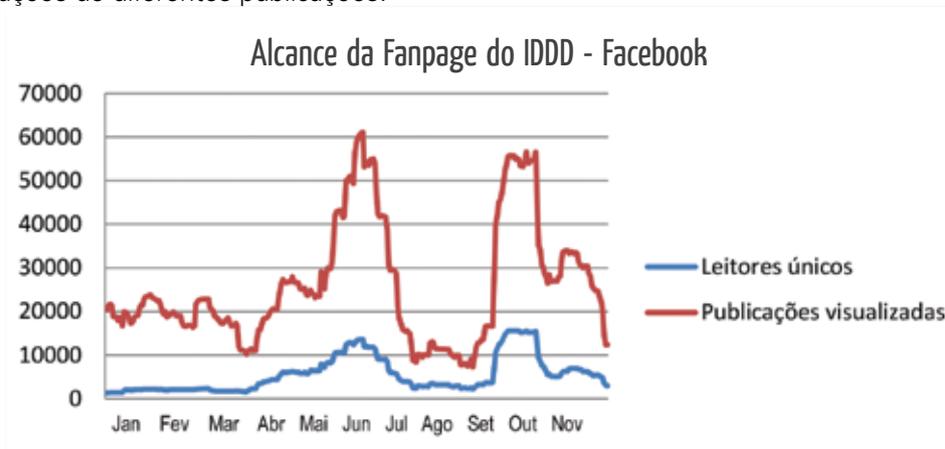
Para a atuação política, as ferramentas de comunicação são fundamentais para a obtenção de resultados, como a publicação de notas (v. projeto “Intervenções pelo Direito de Defesa”, pág. 29) ou a provocação da imprensa e a produção de materiais sobre temas relacionados ao direito de defesa (v. boletim especial do projeto “Justiça Criminal”, pág. 27).

Sabe-se que os resultados ainda podem melhorar, como pode haver o aprimoramento do site e o aumento da periodicidade da publicação de conteúdos e provocação da imprensa. Os primeiros passos, no entanto, foram dados neste ano: o Instituto contratou para a equipe de colaboradores fixos a jornalista Cristina Uchôa, que conta também com formação na área jurídica, bem como a assistente de comunicação Janaina Gallo.

Foram metas abraçadas pela área de comunicação, também, conquistar parcerias como a da ESPM Social, que oferecerá ao IDDD um plano estruturado de marketing para obtenção de mais

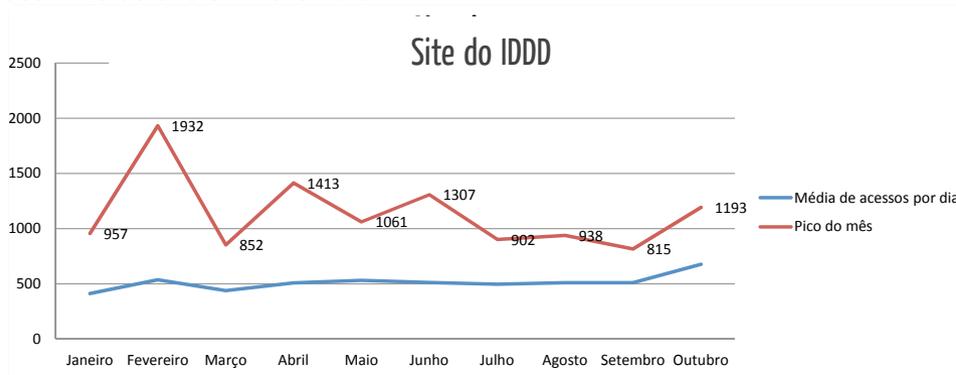
visibilidade. O IDDD também participou de outros processos de seleção para obter serviços gratuitos, como foi o caso da candidatura ao projeto “Ongaria”, que premiaria os vencedores com a produção gratuita de um vídeo institucional.

Em termos de visibilidade, o IDDD conseguiu ampliar o acesso a suas mídias sociais: começou o ano com cerca de 250 seguidores no Facebook e chega a novembro ultrapassando a marca de 700 - crescimento de mais de 150%. Em termos de acesso, por duas sequências no ano a página no Facebook manteve a média mensal de 10 mil leitores únicos, ultrapassando a marca de 60 mil visualizações de diferentes publicações.



O site institucional obteve recordes de acesso em alguns períodos, chegando perto de 2 mil visualizações em apenas um dia. Em termos gerais, aumentou em mais de 60% o número de visualizações de seus conteúdos durante 2012, partindo de uma média diária de 412 em janeiro para pouco mais de 670 em novembro.

16



Na imprensa, os diversos esforços para provocar a cobertura sobre temas ligados ao direito de defesa e a disponibilidade para oferecer informações a repórteres com pautas sobre essa temática fizeram com que o IDDD fosse citado em mais de **70 ocorrências\***, em jornais impressos, sites, rádio e televisão e até mesmo revista especializada, com a publicação de um artigo na “revista da ESPM”, que circula entre comunicadores, sobre a temática do projeto Olhar Crítico (pág. 42). Somando as tiragens e audiências estimadas para cada ocorrência, o nome do IDDD pode ter sido visto **cerca de 500 milhões de vezes\*** no ano de 2012.

\* Dados aferidos pela Top Clip Monitoramento.

Em defesa do direito de defesa

MARCELO TORRES BARROS

De 1979, substituiu o modelo de defesa...



Em defesa do direito de defesa, grande preocupação em relação ao direito de defesa...

Em defesa do direito de defesa, grande preocupação em relação ao direito de defesa...

Por um Código Penal democrático

MARCELO TORRES BARROS, MARCELO DE MELLO CORRÊA NEVES, ANDRÉ LUIZ FERREIRA FERREIRA BARCELLOS

Quando, em 1940, foi elaborado o atual Código Penal...



Quando, em 1940, foi elaborado o atual Código Penal...

Quando, em 1940, foi elaborado o atual Código Penal...

DIÁRIO DE DEFESA

"Operadores do Direito alimentam espetáculo do crime"

Por Marcelo de Vasconcelos



Importância de defesa e da advocacia.

"O direito de defesa é o direito de defesa e não um mero instrumento de defesa..."

Um exemplo que precisa ser citado é do ex-ministro de Justiça e advogado Marcelo Torres Barros...

Não é que meço de comunicação, porém, que surge essa ampla discussão, reconheço a presidente do IDDD...

Poder Online - por Frederico Vasconcelos, Luiz Manoel Freitas e Alexandre Cavalcanti

Adogados questionam proibição de porte de drogas para uso pessoal - 12/10/2012

Frederico Vasconcelos - advogado - IDDD contra obrigatoriedade de coerção

85 anos depois, absolvido

85 anos depois, absolvido - História



85 anos depois, absolvido - História

85 anos depois, absolvido - História

Justiça diz que não houve crime

Justiça diz que não houve crime - História

Justiça diz que não houve crime - História

CULTURA DO MEDO MASCARA DESAFIOS REAIS - ESPECIAL CROS AMIGOS - DESAFIOS URBANOS



AUGUSTO DE ARRUDA BOTELO - Inst. Defesa do Direito da Defesa

# MUTIRÃO COM INTELIGÊNCIA

*Com novo nome e nova estratégia, mutirão carcerário do IDDD atendeu presos no CDP I de Pinheiros*

Principais realizações em 2012

| 637 atendimentos realizados

| 70 visitas ao CDP I

| Mais de 100 associados voluntários

Do final de 2011 a julho de 2012, um dos projetos de maior peso histórico para o IDDD foi retomado para mais um período de atendimentos: o mutirão de assistência jurídica a pessoas presas.

Como fazer mutirões não necessariamente tem resolvido a situação trágica do uso abusivo da prisão provisória no país, o Instituto percebeu a necessidade de promover o mutirão, dessa vez e daqui para frente, de uma maneira diferenciada. Assim, foi realizado um levantamento para diagnosticar e divulgar o perfil dos presos cautelares atendidos e para publicar recomendações sobre o tema, com o respaldo em dados coletados de maneira sistemática e científica (v. pág. 14). O objetivo central desse levantamento era avaliar o impacto e a aplicação da lei das medidas cautelares (12.403/11).

Mesmo assim, o objetivo principal de providenciar pedidos de liberdade para pessoas sem acesso a defensor continuou contemplado. Não por acaso, o nome escolhido para identificar o projeto em sua nova proposta foi “SOS Liberdade”, por sugestão da associada Alexandra Szafir: “o nome me parece interessante porque a sigla SOS é de *Save Our Souls* (salvem nossas almas), o que aparentemente contrasta com o *Habeas Corpus*, que visa a libertar o corpo. Mas a contradição é apenas aparente, porque quando se liberta o corpo se salva um pouco a alma”.

O SOS Liberdade realizou 637 atendimentos, em visitas feitas de duas a três vezes por semana, a homens presos no Centro de Detenção Provisória I de Pinheiros, na zona oeste da capital paulista, num momento que coincidiu com uma mudança administrativa que levou o estabelecimento a receber presos em flagrante por furto e receptação, em sua maioria moradores de rua e dependentes de crack.

Depois do atendimento presencial no CDP I, feito em grupos de associados, os casos coletados eram distribuídos entre os advogados voluntários para realização de pedido de liberdade e/ou *Habeas Corpus*. Para esse trabalho, foi fundamental, além do envolvimento de cada voluntário, o apoio oferecido por diversos escritórios para o atendimento jurídico, com a disponibilização de sua infraestrutura a serviço do projeto.

Atualmente, o IDDD está coletando e sistematizando os resultados desse mutirão para, em 2013, publicar relatório analisando se há uso abusivo da prisão provisória na capital paulista.

“SE SOS VEM DE *SAVE OUR SOULS*, O NOME DO PROJETO APARENTEMENTE CONTRASTA COM O *HABEAS CORPUS*, QUE VISAA LIBERTAR O CORPO. MAS A CONTRADIÇÃO É APENAS APARENTE, PORQUE QUANDO SE LIBERTA O CORPO SE SALVA UM POUCO A ALMA”.

Alexandra Szafir

Diretor responsável: Andre Pires de Andrade Kehdi

Associados coordenadores: Juliana Villaça Furukawa e Marcelo Feller

Consultoria Estatística: Rita Dias

Financiamento:



Parceria:



Apoio institucional: CDP I de Pinheiros

## ASSOCIADOS PARTICIPANTES DO PROJETO

### Líderes de grupos de voluntários

Átila Pimenta Coelho Machado | Carolina de Queiroz Franco Oliveira | Douglas Lima Goulart | Fabiana Zanatta Viana | José Carlos Abissamra Filho | Leopoldo Stefano Gonçalves Leone Louveira | Philippe Alves do Nascimento

### Voluntários do SOS Liberdade 2011/12

Alexandra Lebelson Szafir | Alexandre de Sá Domingues | Amanda de Castro Pacífico | Ana Laura Geneviva Miotto | Ana Lúcia Penón Gonçalves | Ana Paula Miguel | Andre Pires de Andrade Kehdi | André Turella Carpinelli | Antonio João Nunes Costa | Arthur Martins Soares | Artur Sodrê Prado | Átila Machado | Augusto de Arruda Botelho Neto | Beatriz de Oliveira Ferraro | Bianca Cesário de Oliveira | Bruno Garcia | Camila Amaral | Carlos Alberto Pires Mendes | Carlos César Simões | Carol Moreira | Carolina Oliveira | Carolina de Queiroz | Carolina Toledo Diniz | Cecília de Souza Santos | Clarissa Hofling | Claudia Scabim | Conrado Almeida Correa Gontijo | Conrado Gidrão de Almeida Prato | Daniel Del Cid | Daniel Gerstler | Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo | Douglas Goulart | Eduardo Velloso | Elaine Angel | Eleonora Nacif | Fabiana Pinheiro Freme Ferreira | Fabiana Zanatta Viana | Fabio Castello Branco Mariz de Oliveira | Fábio Zillioti | Fábio Tofic Simantob | Felipe Garbe | Felipe Simantob Fridman | Fernanda Penteado Balera | Fernanda Zanoide | Fernando Barboza Dias | Fernando Bertolotti | Fernando Gardinali | Fernando Brito | Filipe Fialdini | Frederico Medeiros | Gabriela Fragali Pereira | Giovana Dutra de Paiva | Guilherme Madi | Guilherme Sugumori Santos | Gustavo de Castro Turbiani | Gustavo de Oliveira R. Medeiros | Hugo Leonardo | Isadora Fingermann | Joelle-Marie Declereg | José Carlos Abissamra Filho | José Roberto Coelho Akutsu | Julia Baroli Sadalla | Juliana Villaça Furukawa | Lara Marujo | Leônidas Scholz | Leopoldo Louveira | Luciano Tosi Soussume | Ludmila Vasconcelos Leite Groch | Luiz Antonio Ferreira Nazareth Junior | Luiz Fernando Sá e Souza Pacheco | Maíra Beauchamp Salomi | Marcelo Feller | Marcelo Kheirallah | Maria Carolina Ferreira | Mariana Chamelette Vieira | Mariana Drummond | Marina Chaves Alves | Marina Dias Werneck de Souza | Marina Toporovski | Matheus Puppo | Mauricio Silva Leite | Michel K. Herscu | Munik Vichetini de Paula | Naiara de Seixas Carneiro | Otávio de Souza | Paula Sion | Paulo Rudge Bomfim | Pedro Campanella | Pedro Conermeli | Pedro Dias | Phillipe Nascimento | Priscila Pamela dos Santos | Rafael Lauricella | Rafael Pacheco | Rafael Serra Oliveira | Renata Polisaitis | Renata Mariz | Roberta Granero | Sandra Gonçalves Pires | Sérgio Henrique Sarmento Barros | Sônia Cochrane Ráo | Thiago Diniz Nicolai | Thiago Pedro dos Santos | Tiago Caruso Torres | Vinícius Scatinho Lapetina

## EM DEFESA DA PARIDADE DE ARMAS

*O mais tradicional projeto do IDDD manteve o sucesso em 2012*

Projeto dos mais antigos do IDDD, o “Direito de Defesa no Tribunal do Júri” manteve sua dinâmica de nomeação de advogados associados do Instituto por força de Convênio com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo para atuação não remunerada\*.

Imbuídos do objetivo de assegurar a defesa de qualidade a acusados de crimes dolosos contra a vida, garantindo, dessa forma, a paridade de armas entre a defesa e o Ministério Público e assegurando os princípios constitucionais de isonomia e ampla defesa, mais de 40 advogados associados do IDDD foram nomeados para 64 diferentes sessões plenárias no Tribunal do Júri na capital paulista entre janeiro e outubro de 2012.

\* Para saber mais sobre a realização de Convênio não remunerado da Defensoria com o IDDD, leia pág. 30 quem menciona sistemática de convênios públicos da instituição.

20

“EM MEADOS DE 2011 ASSISTI A UMA SESSÃO PLENÁRIA, NA QUAL A DEFESA DATIVA, FEITA POR UM DE SEUS COLEGAS DO IDDD, LUTOU TENAZMENTE A FAVOR DO RÉU. AGORA RECORRO AO ACONSELHAMENTO DE V. S<sup>as</sup>. (...)”

A.C., Jurado de Tribunal do Júri da Capital,  
em contato feito com o IDDD em agosto de 2012

“ESTIVE PRESO POR QUASE L6 (SIC) ANOS E FUI CONTEMPLADO COM A MINHA LIBERDADE GRAÇAS AO EXPLÊNDIDO TRABALHO DO DR. FÁBIO [TOFIC] E DA DR<sup>a</sup>. CAROLINA [DE QUEIROZ] AOS QUAIS SOU MUITÍSSIMO GRATO. QUE DEUS SEMPRE ABENÇOE O TRABALHO DO IDDD. TORNEI-ME SEUS SEGUIDOR (SIC). ATÉ BREVE.”

D. G. S., via Twitter @DireitodeDefesa,  
uma semana após sua absolvição

Diretor responsável: Guilherme Madi Rezende

Financiamento:



Parceria:



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Principais realizações em 2012

- | 44 advogados voluntários
- | Mais de 60 nomeações

21

## ASSOCIADOS INSCRITOS NO PROJETO EM 2012

Alamiro Neto | Alexandre Daiuto Leão Noal | Alexandre Pacheco | Átila Pimenta Coelho Machado | Augusto de Arruda Botelho Neto | Bruno Salles P. Ribeiro | Carolina de Queiroz Franco Oliveira | Casem Mazloum | Clarissa Oliveira | Conrado Prado | Daniel Del Cid | Douglas Goulart | Fábio Menezes Ziliotti | Fábio Tofic Simantob | Filipe Fialdini | Fernando Gardinali Caetano Dias | Fernando Bertolotti Brito da Cunha | Francisco de Paula Bernardes Jr. | Guilherme Braga | Guilherme Madi Rezende | Guilherme Suguimori Santos | Hugo Leonardo | José Carlos Abissamra Filho | José Coelho | Leopoldo Stefano Gonçalves Leone Louveira | Luciano Tosi Soussumi | Ludmila Vasconcelos Leite Groch | Luiz Antonio Ferreira Nazareth Junior | Marcelo Barazal | Marcelo Feller | Marcelo Rocha Leal Gomes de Sá | Marco Aurélio Cruz | Marcos Gimenez | Marcus Vinicuis de Andrade | Marina Pinhão Coelho Araújo | Paulo Eduardo Busse Ferreira Filho | Paulo Soldá | Priscila Pamela dos Santos | Rafael Carlsson Gaudio Custódio | Rafael Serra Oliveira | Renato Stanziola Vieira | Rodrigo Senzi Ribeiro de Mendonça | Thiago Gomes Anastácio | Vinicius Scatinho Lapetina

# GARANTIAS PARA O RÉU PRESO

*Audiência de Custódia e diálogo com Defensoria foram prioridades do IDDD em 2012 para assegurar defesa efetiva após prisão em flagrante*

O IDDD mantém um cuidado permanente para que a garantia de acesso, pessoal e reservado, do réu preso a seu defensor, seja ele público ou particular, seja observada. Hoje, no Brasil, a realidade mostra que o simples acesso a um defensor é algo extraordinário, num panorama extremamente preocupante.

É diante desse quadro que o IDDD vem envidando esforços para que a audiência de custódia passe a ser prevista em lei, e o preso tenha seu primeiro contato com um juiz e um defensor em até 24 horas após sua detenção. No mesmo sentido, é cada vez mais intensa a articulação do IDDD e de outras organizações da sociedade civil com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo a fim de efetivar melhor política de atendimento ao preso provisório.

Além disso, uma Ação Civil Pública proposta pelo IDDD questiona o caráter pessoal e reservado do precário atendimento exercido pelos defensores públicos ou particulares com réus presos, dada a falta de estrutura dos parlatórios nos diversos estabelecimentos prisionais.

## Ação Civil Pública

Em fevereiro de 2012 foi distribuída na 12ª Vara da Justiça Federal em São Paulo a Ação Civil Pública proposta pelo IDDD contra a União para garantir, em quatro presídios federais, parlatórios adequados à comunicação que deve existir entre defensor e réu preso. Assinada por procuradores do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, que presta colaboração gratuita para o IDDD, a Petição defende que nesses presídios deve-se providenciar pelo menos uma sala, de aproximadamente 7 m<sup>2</sup> (o tamanho de uma cela), que não seja vigiada por câmeras ou por escutas e que não seja dividida por um vidro que impeça a comunicação direta entre o advogado e seu cliente.

## Convite para Seminário em Budapeste

O IDDD foi convidado para participar de um encontro de especialistas em que foi discutido o conteúdo da publicação *"Handbook and training curriculum for policymakers and practioners on early access to legal aid"* ("Manual e guia de formação para agentes políticos e profissionais de assistência jurídica em fase pré-processual", em tradução livre). O evento foi promovido por *Open Society Foundations* em parceria com os programas da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNODP) e sobre Crimes e Drogas (UNODC). A Coordenadora Geral Isadora Fingermann representou o IDDD no seminário entre 16 e 19 de outubro, em Budapeste, Hungria.

## ARTICULAÇÕES PELA COMUNICAÇÃO RÉU E DEFENSOR

### *Advocacy* pela audiência de custódia

A audiência de custódia é o momento em que o preso é apresentado à autoridade judicial após sua prisão em flagrante para o juiz verificar se a prisão se deu de acordo com a lei e não envolveu abusos policiais. É uma audiência que pode servir também para garantir um primeiro contato pessoal e reservado entre o acusado e um defensor. Essa audiência já é realidade na maioria dos países da América Latina, em alguns deles com o nome de "Audiência de controle de detenção". O IDDD consultou e pediu o apoio de diversas organizações internacionais para trazer ao Brasil informações sobre como e quando acontece o primeiro contato entre o preso, um juiz e um defensor em cada país. No Chile e no Equador, o contato se dá em até 24 horas após a prisão em flagrante. No México e no Peru, o prazo se estende para no máximo 48 horas após a prisão.

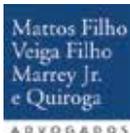
Com essa constatação, o IDDD incentivou que a *Rede Justiça Criminal* assumisse o objetivo comum de conquistar um instituto similar no Brasil, por meio de sua

Diretor responsável: Hugo Leonardo

Financiamento:



Apoio:



## Principais realizações em 2012

- | *Advocacy* pela audiência de custódia
- | Articulação pelo atendimento a presos provisórios em São Paulo
- | Ação Civil Pública por parlatórios adequados

## ASSOCIADOS PARTICIPANTES DO PROJETO

Andre Pires de Andrade Kehdi | Augusto de Arruda Botelho Neto | Guilherme Madi Rezende | Hugo Leonardo | Leônidas Ribeiro Scholz  
| Ludmila Vasconcelos Leite Groch | Márcio Thomaz Bastos | Marina Dias | Paula Sion de Souza Naves

23

previsão em lei. Desde o início do ano, a organização tem liderado junto à *Rede* os diálogos para que o Projeto de Lei do Senado nº 554/2011 seja aprovado nos termos adequados para que a audiência de custódia seja instituída e cumpra suas finalidades.

Para envolver também defensores públicos articulados em torno dessa causa, o IDDD levou o tema à reunião anual da Associação Interamericana de Defensores Públicos (Aidef), realizada em Fortaleza (CE) em julho. A diretora Ludmila Vasconcelos Leite Groch apresentou aos defensores da América Latina a proposta de texto apoiada pela Rede e, assim, levantou mais um importante apoio político para o projeto.

Assim, com uma Carta de apoio de organizações nacionais e internacionais em mãos, associados do IDDD e representantes da Rede debruçaram-se sobre o PLS 554, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares, e sugeriram alterações essenciais para o fortalecimento do direito de defesa. Atualmente o PLS está na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob relatoria da senadora Ana Rita.

### Política de atendimento a presos provisórios em São Paulo

O IDDD acompanha a construção de propostas da Defensoria Pública do Estado de São Paulo sobre a política de atendimento a presos provisórios. Depois de um intenso diálogo com organizações da *Rede Justiça Criminal* e outros atores da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos das pessoas presas, a Administração da Defensoria assumiu diretrizes básicas para o atendimento a presos provisórios na capital e prossegue dialogando sobre as necessidades específicas da atuação na área criminal. Em julho, a Defensora Pública-Geral, Daniela Sollberger Cembranelli, e outros defensores públicos integrantes do gabinete da administração superior da instituição receberam representantes da Rede para uma reunião, que deve ter sequência ainda em 2012.

*A respeito da Rede de Justiça Criminal, leia mais na pág. 24.*

## AÇÃO POLÍTICA EM REDE

*Soma de esforços e expertises a favor da construção de um sistema criminal mais justo potencializam resultados buscados pelo IDDD*

Depois de um contínuo trabalho de aproximação das organizações que atuam pelo acesso à justiça e defesa dos direitos humanos para pessoas presas, o IDDD passou a integrar a Rede Justiça Criminal, formada por nove organizações de diferentes áreas no terceiro setor: Associação pela Reforma Prisional (ARP), Conectas Direitos Humanos, Instituto de Defensores de Direitos Humanos (IDDH), Instituto Sou da Paz, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), Justiça Global, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e Pastoral Carcerária Nacional. Trata-se de um grupo que estabelece metas comuns para atuar com foco especial junto aos núcleos políticos dos três poderes para sugerir e cobrar de agentes públicos medidas para tornar o sistema de justiça criminal mais equilibrado e alinhado com as garantias previstas na Constituição Federal.

A participação nesta Rede de organizações brasileiras, com apoio de Open Society Foundations, também abriu portas para que o IDDD fizesse parte da *Red Regional para la Justicia Previa al Juicio de América Latina* (“Rede Latinoamericana por Justiça Antes do Julgamento”, em tradução livre), uma rede similar que agrupa as organizações em defesa dos direitos dos presos provisórios em diversos países da América Latina.

A Rede Justiça Criminal realiza um trabalho de acompanhamento das principais iniciativas - projetos de leis, articulações políticas, julgamentos paradigmáticos - dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário relacionadas a matérias penais e processuais penais. Com visitas periódicas a Brasília, onde a consultora de *advocacy* da Rede, Andresa Porto, acompanha cotidianamente os trabalhos dos três poderes, os integrantes das organizações de São Paulo e Rio de Janeiro estiveram, durante o ano de 2012, com senadores, deputados, assessores parlamentares, ministros do STF e STJ e seus assessores, juízes do CNJ e atores políticos do Poder Executivo, especialmente do Ministério da Justiça, para dialogar e propor alterações no sistema criminal vigente.

A Rede também realiza outras articulações como a interlocução com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo sobre o atendimento aos presos cautelares (saiba mais na pág. 23).

Diretor responsável: Augusto de Arruda Botelho Neto

Financiamento\*:



\*As organizações parceiras contam com apoiadores financeiros para arcar com os custos do projeto

Parceiros:



Apoio:



25

Apoio institucional: Conselho Nacional de Justiça, IBCCRIM, Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Núcleo Especializado da Situação Carcerária da Defensoria Pública, Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo

Principais realizações em 2012

| 5 visitas a Brasília

| 18 pareceres sobre projetos de lei ou súmula assinados com a Rede

| 2 edições de seminário sobre prisão provisória

## ASSOCIADOS PARTICIPANTES DO PROJETO

Augusto de Arruda Botelho Neto | Cristiano Ávila Maronna | Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo | Elaine Angel | Francisco de Paula Bernardes Jr. | Guilherme Carnelós | Guilherme Madi Rezende | Hugo Leonardo | José Carlos Abissamra Filho | Leônidas Ribeiro Scholz | Ludmila Vasconcelos Leite Groch | Marina Dias | Paula Sion de Souza Naves | Rafael Tucherman | Roberto Soares Garcia | Rogério Taffarello | Thiago Anastácio

## ATUAÇÃO CONJUNTA PERANTE OS TRÊS PODERES

*Trabalho de acompanhamento legislativo divide espaço com interlocução com Ministério da Justiça, Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça*

No âmbito do poder executivo, a Rede participa frequentemente de interlocução direta com a Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL), do Ministério da Justiça, que mantém diálogo com a sociedade civil a respeito das propostas normativas relacionadas ao sistema de justiça.

Junto ao poder judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) manteve canal aberto com a Rede e diretamente com o IDDD, depois da participação no Mutirão Carcerário em 2011. Em parceria com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), coordenado pelo Juiz Luciano Losekann, a Rede levou a Brasília um seminário sobre as principais pesquisas sobre prisão provisória em São Paulo e no Rio de Janeiro (v. quadro na pág. ao lado).

O Supremo Tribunal Federal (STF) também recebeu visitas de integrantes da Rede Justiça Criminal para entrega de materiais e proposições. Na primeira oportunidade, foi oferecida manifestação favorável à aprovação célere de proposta de súmula de efeitos vinculantes de número 57, submetida pelo Defensor Público-Geral Federal ao STF em fevereiro de 2011, após provocação da Pastoral Carcerária Nacional e da Associação Nacional dos Defensores Federais (Anadef). A PSV 57 prevê que, no caso de inexistência de vaga em estabelecimento adequado ao cumprimento da pena imposta no local da execução, a pessoa presa seguirá o cumprimento de pena em regime prisional mais benéfico (nesta ordem: do fechado para semiaberto e para o aberto).

26

Na segunda oportunidade, em junho de 2012, o STF admitiu quatro organizações da Rede (Connectas Direitos Humanos, Instituto Sou da Paz, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania - ITTC e Pastoral Carcerária Nacional) como *Amici Curiae* no Recurso Extraordinário interposto por Defensor Público do Estado de São Paulo contra acórdão do Colégio Recursal do Juizado Especial Cível de Diadema que, por entender constitucional o art. 28 da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas), manteve a condenação pelo crime de porte de drogas para o consumo pessoal. O IDDD já figurava na qualidade de *Amicus Curiae* no Recurso, ao qual foi dada a condição de Repercussão Geral.

## PARTICIPAÇÃO DE DIVERSAS ORGANIZAÇÕES EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO MOTIVOU BOLETIM ESPECIAL COM IBCCRIM



Em razão da Repercussão Geral dada ao Recurso Extraordinário que questiona a constitucionalidade de se incriminar o porte de droga para consumo pessoal e da quantidade de organizações da sociedade civil que levaram ao STF solicitação para atuar como *Amici Curiae* na Ação, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) uniu-se à Rede Justiça Criminal de forma inédita para oferecer o espaço de seu tradicional boletim para tratar exclusivamente da temática da incriminação do porte de droga para consumo pessoal.

Pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), Cristiano Ávila Maronna assina o texto;

por Conectas Direitos Humanos, Instituto Sou da Paz, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) e Pastoral Carcerária, Marcelo Campos e Rodolfo Valente; pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Roberto Soares Garcia; e pela Comissão Brasileira de Drogas e Democracia e Viva Rio (campanha "É preciso mudar"), Daniel Nicory do Prado. Alexandra Szafir, Denis Russo, Emílio Nabas, Fábio Mesquita, Fernando Salla, Gorete Marques, João Menezes, Maurício Fiore, Renato Malcher-Lopes, Sérgio Seibel, Sidarta Ribeiro e Thiago Tadeu Rocha assinaram os demais textos, complementando a argumentação jurídica sobre o tema.

A versão online do boletim circulou amplamente na internet a partir de 24 de outubro. Versão impressa circula em dezembro para todos os assinantes do IBCCRIM, complementando artigo do defensor público Leandro de Castro Gomes, autor do Recurso Extraordinário, publicado em novembro, no boletim ordinário da organização. A impressão do boletim teve apoio da Editora Paulus.

27

## SEMINÁRIO SOBRE PRISÃO PROVISÓRIA - SÃO PAULO E BRASÍLIA



Realizado originalmente em 15 de junho, na Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, o Seminário da Rede Justiça Criminal sobre prisão provisória no Rio de Janeiro e em São Paulo, contendo os principais dados levantados pelas pesquisas realizadas pelas organizações da Rede foi replicado em Brasília no dia 26 de outubro, em parceria com o CNJ e o Ministério da Justiça. Em São Paulo, 70 pessoas, entre operadores do direito, integrantes de organizações não governamentais e estudantes, acompanharam a intensa programação de oito horas. Em Brasília, o público de 120 pessoas era formado majoritariamente por juízes da área criminal, de diferentes estados do país. Ao final do evento, uma audiência pública envolveu todos os presentes em Brasília para a adesão a uma lista de princípios para aplicação mais adequada das medidas cautelares no país.

Leia e assista vídeo sobre o conteúdo e as pesquisas abordadas no seminário em [bit.ly/Seminario-RedeJC](http://bit.ly/Seminario-RedeJC)

# ATENÇÃO ESPECIAL AO PODER LEGISLATIVO

*A Rede Justiça Criminal acompanha mais de 1.000 projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional relacionados à área penal*

Um levantamento feito pela Rede aponta que há mais de 1.000 projetos de lei que versam sobre matérias afetas ao Direito Penal, Direito Processual Penal, Política Criminal, Sistema Penitenciário e Segurança Pública. O trabalho principal da Rede no acompanhamento legislativo é identificar os que têm tramitação de maior relevância estratégica, para ter uma atuação mais incisiva a seu respeito.

No IDDD, um grupo menor foi formado composto pelos associados Francisco de Paulo Bernardes Jr., Guilherme Carnelós e Rogério Taffarelo, para trabalhar prioritariamente com os projetos de lei mais relevantes para o direito de defesa. Em novembro, contando com a colaboração da associada Elaine Angel, dedicaram-se a formular propostas de melhoria do texto do PL nº 6578/09, que tipifica a organização criminosa e prevê os procedimentos para sua investigação.

Na Rede, além do **projeto de reforma do Código de Penal**, que recebeu atenção especial (leia quadro abaixo), e do acompanhamento da tramitação do **Projeto de Lei do Senado (PLS) 554/2011**, que pretende instaurar no país a obrigatoriedade da **audiência de custódia** (v. pág. 24), o IDDD acompanha, atuando com a Rede Justiça Criminal, outros projetos de lei que tenham por área de interesse o sistema de justiça criminal.

Os principais projetos que merecem atenção da Rede são:

28

**PL 3463/2008 - Dep. Iriny Lopes (PT-ES)** (situação em nov/2012: CDH; apensado ao PL 107/1999). Regulamenta as visitas a unidades prisionais do país, colocando fim à revista vexatória atualmente praticada.

**PL 2785/2011 - Poder Executivo** (situação em nov/2012: CSSF). Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade.

**PL 2444/2011 - Poder Executivo** (situação em nov/2012: CCJ; apensado ao PL 1292/1995). Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

**PL 4655/2009 - Dep. Glauber Braga (PSB-RJ)** (situação em nov/2012: CSPC-CO). É introduzida a Subseção VI na Seção III da Lei de Execução Penal, caracterizando como sobrepena as situações degradantes, tais como: superlotação carcerária, maus tratos, tortura e falta de assistência médica e psicológica sofrida pelos reclusos ou detentos, implicando redução da pena.

Os projetos para os quais a Rede propõe arquivamento são:

**PLS 23/2012 - Sen. Aloysio Nunes (PSDB-SP)** (situação em nov/2012: CDH). Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências.

**PL 5444/2009 - Dep. Paulo Pimenta (PTRS)** (situação em nov/2012: aprovado em 8 de agosto, segue para o Senado). Aumenta a pena de reclusão de dois terços até o dobro para o tráfico de crack.

## REFORMA DO CÓDIGO PENAL

Um dos temas mais afetos ao IDDD e à Rede Justiça Criminal que movimentou a atividade legislativa em 2012 foi a iniciativa de reforma do Código Penal. Integrantes do IDDD representaram a Rede em cinco grupos da Subcomissão de Crimes e Penas da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados para revisar e atualizar a lei. No grupo sobre os crimes previstos nos Títulos I e VI, o representante do IDDD foi Guilherme Madi Rezende. No grupo sobre os crimes previstos nos Títulos III, IV, V, VII e VIII o representante do Instituto foi Thiago Anastácio. No grupo sobre Crimes previstos no Título IX, Drogas e Armas, o representante foi José Carlos Abisamra Filho; no grupo sobre Crimes previstos nos Títulos II, X, XI e Direito Penal Econômico, a representante foi Ludmila Vasconcelos Leite Groch, enquanto no quinto grupo, sobre ECA, Direitos do Idoso, Meio Ambiente e Licitações, foi designada Daniella Meggiolaro.

# SEMPRE ATENTOS

*A qualquer ameaça pública e notória ao direito de defesa, o Instituto está pronto para se manifestar*

Diretora responsável: Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo

Financiamento:

Atividades em 2012

| 4 atuações como *Amicus Curiae* no STF

| 1 Ação Civil Pública

| 9 Notas Públicas



Um instituto que atua na defesa de direitos precisa estar atento no sentido de manifestar-se com veemência sempre que sua causa for afrontada. Reagir a todas as situações em que o direito de defesa é ofendido não é tarefa fácil, porque não são poucas as vezes que isso acontece.

Diversas atuações pontuais do IDDD marcaram o ano de 2012, como a atuação em relação à reforma do Código Penal (v. quadro abaixo) e as iniciativas de litigância estratégica, com atividades no Supremo Tribunal Federal, Ações Cíveis Públicas e importantes articulações e manifestações públicas do Instituto, listadas nas páginas a seguir.

No desenvolvimento dos trabalhos, os representantes das subcomissões produziram estudos, relatórios, participaram de audiências públicas e debates com os demais integrantes de cada grupo, formado por parlamentares e outros convidados da sociedade civil.

Paralelamente, no Senado um grupo de Juristas formulava um anteprojeto para tratar da reforma do Código, concluindo seus trabalhos em junho.

A partir de julho, as organizações da Rede passaram a estudar esse anteprojeto. O IDDD, contando com um extenso trabalho dos associados Cristiano Ávila Maronna, Daniella Meggiolaro, Guilherme Madi Rezende, José Carlos Abissamra Filho, Ludmila Vasconcelos Leite Groch, Rafael Tucherman e Thiago Anastácio, redigiu pela Rede diversas sugestões de emendas, muitas das quais estão sendo encampadas por senadores na discussão, que prosseguirá pelo início de 2013.

### Outras intervenções do IDDD a respeito da proposta de reforma do Código Penal

- Assinatura do Manifesto sobre a Reforma do Código Penal iniciado pelo IBCCRIM
- Participação no Ato em Defesa da Advocacia no Largo São Francisco, em 1º de outubro
- Bate-papo aberto ao público sobre o tema, para promover a reflexão e a informação (leia pág. 46).

# LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA E ARTICULAÇÃO

*Usando ferramentas jurídicas, o IDDD buscou se manifestar e apoiar as causas relacionadas ao acesso à justiça ao respeito às garantias fundamentais*

O IDDD teve atuações estratégicas perante o Supremo Tribunal Federal em ações de controle de constitucionalidade. O Instituto foi aceito na condição de *Amicus Curiae* em diversas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), com petições subscritas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Arnaldo Malheiros Filho, e pelo associado Roberto Soares Garcia.

Na ADI nº 4.608, de 2011 que questiona a autonomia das Ouvidorias das Defensorias Públicas no país, o IDDD defende a tese da autonomia das Ouvidorias como forma de garantir a participação da sociedade civil. A Ação ainda não foi colocada em pauta.

O IDDD também foi aceito como *Amicus Curiae* no Recurso Extraordinário nº 641.320-RS, ao qual foi dada Repercussão Geral, sobre a (in)constitucionalidade do “cumprimento de pena em regime menos gravoso, diante da impossibilidade de o Estado fornecer vagas para o cumprimento no regime originalmente estabelecido na condenação penal”.

Em junho deste ano, o IDDD levou outro pedido para figurar como *Amicus Curiae* em Recurso Extraordinário interposto pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em que defende a inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas (saiba mais no quadro da pág. 27). O Recurso também teve declarada Repercussão Geral, mas ainda não entrou em pauta no Tribunal.

E ainda perante o Supremo, o IDDD marcou presença como *Amicus Curiae*, ao lado da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, na ADI nº 4163 de 2008, proposta pela Procuradoria Geral da República, questionando artigo previsto na Constituição Estadual que determinava a exclusividade da OAB para firmar convênios com a Defensoria Pública de São Paulo no que concerne à assistência jurídica gratuita.

A Ação foi julgada em 29 de fevereiro, ocasião em que a presidente do IDDD, Marina Dias, e o Conselheiro José Carlos Dias estiveram em Brasília distribuindo memoriais aos Ministros da Suprema Corte e acompanhando a Sessão Plenária, em apoio à Defensoria Pública Geral. A tese da Defensoria, apoiada pelo IDDD, foi vencedora, tendo sido declarada a inconstitucionalidade do art. 109 da Constituição do Estado de São Paulo e do art. 234 da Lei Complementar Paulista nº 998/06, confirmando-se a possibilidade de a Defensoria firmar convênios com instituições do terceiro setor, do setor privado e da área acadêmica para a prestação de assistência jurídica gratuita no Estado. O IDDD foi citado mais de uma vez nas sustentações de advogados e votos dos ministros como exemplo de convênio suplementar bem sucedido firmado pela Defensoria.

O mesmo tema já havia sido motivo de intensa mobilização do IDDD no Estado de São Paulo no fim do ano de 2011, quando a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) colocou em pauta o Projeto de Lei Complementar nº 65/2011, que pretendia transferir a gestão do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ) para a Secretaria de Justiça e Cidadania do Governo do Estado de São Paulo. No dia em que o PL seria levado a votação, o conselheiro do IDDD José Carlos Dias publicou artigo no jornal “Folha de S. Paulo” sobre o tema, defendendo a tese da titularidade da Defensoria para gestão do fundo. O texto também foi entregue em mãos para diversos parlamentares

# FORÇA e responsabilidade

Decisão do STF pela não exclusividade dos convênios em São Paulo.  
 PLC 65/11: DEMOCRACIA INTERNA, OUVIDORIA EXTERNA, A PRESIDENTE DO IDDD,  
 MARINA DIAS, FALA À REVISTA ALEPEP EM NOTÍCIAS



Marina Dias, presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) e sócia do escritório "Dias e Carvalho Advogados", credenciada pelo Conselho de Direito do Poder Judiciário.

estabeleceu o Conselho de São Paulo (CSPSP), integrante do Conselho de Comunidade do Poder Judiciário do Conselho de São Paulo, foi presidente do Conselho de Defesa e Prolegatário do OABSP de 2011 a 2014. Foi a coordenadora do projeto consociado sob o comando de José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso e grande apoiador da Defensoria Pública, até entrar a frente do IDDD desde 2010. O Instituto que preside é frequentador assíduo das reuniões públicas e manifestações que ocorrem no âmbito do Conselho Superior de Defensores de SP, como, por exemplo, quando dos debates sobre a política institucional da Defensoria para o atendimento aos presos arrependidos. Confira e a seguir a entrevista.

**PLC 65/11**  
 "Acredito que o PLC 65/11, como apresentado na Alesp, seja considerado inconstitucional, em razão dos argumentos minuciosamente expostos pela maioria dos ministros do STF no julgamento da Adin 4163".

**APADEP:** Quando nasceu o Instituto de Defesa do Direito de Defesa, qual sua abrangência e principal área de atuação?  
**Marina Dias:** O IDDD foi fundado em 2000, idealizado pelo Márcio Thomaz Rêgo, com um grupo de advogados criminalistas que, juntos, perceberam a importância de se criar um instituto que tivesse como vocação defender o Direito de Defesa, dar efetividade a uma garantia constitucional tão desprotegida. A missão do Instituto é também sensibilizar a sociedade de que esse direito é essencial num Estado Democrático de Direito e que existe para proteger o cidadão de um estado que é muito mais forte e opressor. E fomentar a ideia de que só se faz justiça quando se tem um processo justo, que respeite as garantias cons-

titucionais da presunção da inocência, devido processo legal e ampla defesa. O IDDD busca também fomentar uma cultura de maior tolerância e paz.

**APADEP:** O IDDD tem firmado um convênio com a Defensoria Pública de SP. Como funciona atualmente?

**Marina Dias:** O Projeto "Direito de Defesa no Tribunal do Juri" é mantido por Convênio com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo desde 2008, sem qualquer remuneração. Os advogados do IDDD atuam nos cinco Tribunais do Juri de São Paulo, recebendo cerca de dez nomeações mensais da Defensoria. Para cada defesa o IDDD indica um ou dois dos cerca de 40 associados voluntários nesse projeto. Os advogados associados ao Instituto são voluntários, portanto não há cobrança de honorários. Ao serem nomeados para atuar na defesa dos acusados, adotam todas as medidas necessárias para a realização de uma boa defesa técnica, inclusive com a adoção de medidas perante o STJ e STF, se necessário.

**APADEP:** Com a recente decisão do STF, que declarou inconstitucional a exclusividade de convênio da Defensoria com a OAB-SP, como o IDDD enxerga o futuro da celebração de convênios feita pela Defensoria de SP?  
**Marina Dias:** A decisão proferida pelo STF é histórica para a democratização do acesso à justiça. O STF não só colocou um ponto final nessa cegueira, que era um grande entrave para o fortalecimento da Defensoria, como

também evidenciou a importância de que a defesa ganhe força na triade da justiça. Com relação à possibilidade de realização de Convênios com instituições do terceiro setor, de setor privado e da área acadêmica, acredito que é extremamente salutar para a Defensoria, pois traz desafios, ventila a Instituição, promovendo um intercâmbio de experiências e resultados. No entanto, é importante que estes Convênios sejam fiscalizados e frequentemente revistos. Sabemos que isso já é preocupação da Defensoria, que tem a Comissão de Fiscalização, mas é preciso conhar esse controle de forma aberta e transparente. A Defensoria ganha força e mais responsabilidade para cobrar qualidade na realização das defesas de seus assistidos. Para o IDDD também permanece a preocupação com o fortalecimento da Defensoria Pública. Está mais do que na hora do Poder Executivo de São Paulo ter como prioridade o aumento dos quadros da Defensoria Pública.

**APADEP:** O IDDD está entre as 150 entidades da sociedade civil que assinam manifesto contra o PLC 65 - que ainda tramita na Alesp e pretende transferir a gestão do Fundo de Assistência Judiciária (FAJ) da Defensoria para a Secretaria de Justiça do Executivo paulista. Como vislumbra o futuro deste projeto na Alesp após esta decisão do STF, já que o artigo 109 da Constituição Estadual, em que se fundamenta o PLC 65, foi considerado inconstitucional?

**Marina Dias:** Acredito que o PLC 65/11, como apresentado na Alesp, seja considerado inconstitucional, em razão dos argumentos minuciosamente expostos pela maioria dos Ministros do STF no julgamento da Adin 4163. As discussões surgidas durante o julgamento enfatizam a previsão constitucional de que a Defensoria Pública tem autonomia funcional, administrativa e financeira, portanto a ela cabe gerir o Fundo de Assistência Judiciária, ou seja, os recursos destinados às atividades de assistência jurídica gratuita.

**APADEP:** Sobre as participações da sociedade civil no âmbito das decisões da Defensoria, quais os vantagens desse modelo?

**Marina Dias:** A Defensoria de São Paulo tem um modelo precioso no sentido de garantir mecanismos de participação da sociedade civil na elaboração de suas políticas institucionais.

## Entrevista | Marina Dias



Marina Dias, à esquerda, com suas antecessoras na Presidência do IDDD, Flávia Rufini e Dora Cavalcanti.

Atual, a Defensoria é uma instituição que tem, além de grande interesse público, um objetivo que considero especial: de atender à parcela da população mais vulnerável e que não tem acesso à assistência jurídica. Diversas organizações, assim como o IDDD, trabalham com o mesmo ideal, e por isso é importante trocar experiências e somar esforços. O momento aberto no Conselho Superior é um instrumento importante, pois organiza e regulariza essa participação, possibilitando de um modo bastante prático esse diálogo essencial. Além disso, garante o encaminhamento sério das questões levantadas pelos representantes da sociedade civil, uma vez que está sujeito ao acompanhamento público. Por fim, vale acrescentar que a Defensoria, por ser ainda nova, possui um campo fértil para consolidar políticas públicas e institucionais inovadoras, pois ainda tem ao seu lado a vantagem de não estar encastelada, como a grande maioria das instituições do sistema de justiça.

## Fortalecimento

"Para o IDDD também permanece a preocupação com o fortalecimento da Defensoria Pública. Está mais do que na hora do Poder Executivo de São Paulo ter como prioridade o aumento dos quadros da Defensoria Pública".

**APADEP:** Referente à Ouvidoria Externa, este é o modelo ideal? Como garantir que outros estados a instituíam?  
**Marina Dias:** O modelo que realmente funciona é o da Ouvidoria externa. Inclusive, o IDDD foi admitido como Amicus Curiae na Adin 4608, que versa sobre esta questão. Sustentamos que se afaste a inconstitucionalidade apontada pelos autores para o modelo autônomo de Ouvidoria. Acredito que a existência de ouvidorias transparentes e atuantes na estrutura das Defensorias é fundamental para fortalecê-las. A Ouvidoria tem a importante função de contribuir com o aperfeiçoamento da Instituição. Sua autonomia é a garantia da

Revista da Associação Paulista de Defensores Públicos destacou a importância da atuação do IDDD na ADI 4163 e na articulação contra o PLC 65/11 da Alesp.

na Alesp, ao mesmo tempo em que manifestação assinada pelo Conselho do Instituto foi endereçada para a Presidência da Mesa Diretora. Esses esforços, em conjunto com iniciativas de outras organizações e movimentos da sociedade civil, fizeram com que o projeto fosse retirado de pauta.

Todos os textos das petições de *Amicus Curiae* do IDDD estão disponíveis para leitura na página da internet: [bit.ly/IDDD-intervencoes](http://bit.ly/IDDD-intervencoes)

## Ação Civil Pública

Com assessoria do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, o IDDD propôs uma Ação Civil Pública contra a União para efetivar o direito de defesa. A Ação visa garantir, em estabelecimentos penais federais, parlatórios adequados à comunicação entre defensor e réu preso (saiba mais em "Comunicação entre Réu e Defensor", na pág. 22).



# APONTAR A INJUSTIÇA É O PRIMEIRO PASSO

*Pelos meios de comunicação, o IDDD se posicionou contra as principais ofensas ao direito de defesa*

Ao longo de 2012, o IDDD posicionou-se publicamente sobre diversos temas relacionados ao direito de defesa, relembre:

- **10/janeiro** - protestou contra a decisão do Tribunal de Ética da Seccional Paulista da OAB, que reafirmou a restrição do assessoramento jurídico gratuito apenas às “pessoas jurídicas sem fins lucrativos”.
- **13/janeiro** - manifestou preocupação com a ausência de apoio eficaz no tratamento e recuperação dos viciados em drogas e repudiou a violência adotada na região da “Cracolândia”, em desrespeito aos princípios constitucionais da dignidade humana e da ampla defesa.
- **06/fevereiro** - repudiou uso de algemas em parto e pós parto, após veiculação na mídia mostrar a prática de algemar uma mulher em situação de prisão provisória quando ainda estava no hospital, logo após dar à luz.
- **23/fevereiro** - assinou pedido de providências com mais de 30 organizações e defensores de Direitos Humanos de países da América Latina enviado ao Presidente de Honduras, em relação ao incêndio que fez mais de 350 vítimas fatais em um presídio local.
- **12/abril** - repudiou declaração da Presidente da República durante sessão de perguntas realizada na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. A Presidente se declarou incapaz de impedir que haja tortura em todas as unidades de custódia do país.
- **24/maio** - repudiou veiculação de reportagem no programa Brasil Urgente Regional da afiliada da TV Bandeirante na Bahia, em que a repórter Mirella Cunha tratava um acusado de estupro de forma inadequada e deselegante.

Artigos e Notícias

23/2/2012 - TRAGÉDIA EM HONDURAS

**ONGS DA AMÉRICA LATINA COBRAM PROVIDÊNCIAS SOBRE INCÊNDIO EM PRESÍDIO DE HONDURAS**



Na última sexta-feira, 17, [um documento \(clique aqui para acessar a carta em espanhol\)](#) assinado por mais de 30 organizações e defensores de Direitos Humanos de países da América Latina foi enviado ao Presidente de Honduras, pedindo providências em relação ao incêndio que fez mais de 350 vítimas fatais em um presídio na cidade de Comayagua na madrugada de 14 para 15 de fevereiro de 2012.

As organizações pedem providências no atendimento dos sobreviventes feridos e na identificação dos corpos para que as famílias possam realizar o devido sepultamento, mas apontam, ainda, para a necessidade de intervenção no contexto da situação prisional em Honduras, onde 50,1% da população carcerária é formada por presos provisórios, ou seja, que ainda não foram julgados.

No documento, as organizações, que fazem parte da Campanha Global por Justiça antes do Julgamento, da Open Society Justice Initiative ([Campanha Global por la Justicia Previa al Juicio / Global Campaign for Pretrial Justice – acesse aqui o folheto em português](#)), indicam a necessidade de empenho em uma reforma do sistema prisional e judicial no país, oferecendo-se para participar de uma troca de informações e experiências, dado que nesses países da América Latina, vêm convivendo com o desafio semelhante de solucionar questões ligadas ao sistema de justiça e da situação carcerária.

As organizações citam, no corpo do texto, exemplos semelhantes ocorridos em outros países da América Latina, comparáveis a esse

- **29/maio** - repudiou a iniciativa bem como o teor de representação oferecida por Procurador da República contra o advogado Márcio Thomaz Bastos (então defensor de Carlos Augusto Ramos, “Carlos Cachoeira”), vista como uma tentativa de intimidação profissional com o intuito de cercear o direito de defesa.
- **06/julho** - repudiou artigo “Marcha da Insensatez”, publicado na revista Veja, por afrontar de forma contundente dois princípios constitucionais basilares em uma democracia (o direito de defesa e a liberdade de expressão), ao comentar falas de advogados criminalistas sobre publicidade opressiva no período que antecedia o julgamento da Ação Penal 470 no STF.
- **10/outubro** - lamentou a manifestação, feita no plenário do STF, de indignação pelo fato de um crime ter sido confessado da tribuna da Corte, durante o julgamento da Ação Penal 470, como indevida restrição a um direito sagrado, que a Constituição exige que seja exercido de forma ampla.

## ASSOCIADOS PARTICIPANTES DO PROJETO

Arnaldo Malheiros Filho | Augusto de Arruda Botelho Neto | Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo | Hugo Leonardo | José Carlos Dias | Marina Dias Werneck de Souza | Roberto Soares Garcia

# ACESSO À DEFENSORIA É DIREITO DE DEFESA

*IDDD vai elaborar recomendações ao Conselho Superior sobre área penal da Defensoria, sobretudo atendimento a presos provisórios*

Diretor responsável: Guilherme Madi Rezende

Financiamento:

FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL  
A. JACOB E BETTY LAFER

Parceria:



## Principais realizações

Consulta à Administração da Defensoria sobre indicadores  
Análise comparativa com outras Defensorias da América Latina  
Construção conjunta de política de atendimento a presos provisórios

34

Acompanhar o trabalho e colaborar para o desenvolvimento permanente da Defensoria Pública do Estado de São Paulo faz parte da missão do IDDD, à medida que o acesso à justiça é um dos pilares do direito de defesa. Não é por outro motivo que o Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria conta com uma Conselheira do IDDD, Maria Tereza Aina Sadek, assim como um diretor da organização, Andre Pires de Andrade Kehdi.

O IDDD iniciou em janeiro a pesquisa “Uma Análise Crítica da Defensoria Pública do Estado de São Paulo”. Buscando compreender como a Defensoria se organiza na área criminal em São Paulo, a pesquisa tem como objetivo oferecer subsídios para que a instituição aprimore cada vez mais sua atuação na área penal, de modo que consiga contemplar os milhares de presos provisórios no Estado sem acesso direto a defensor.

Desse modo, a pesquisa dialoga diretamente com os projetos “Comunicação entre Réu e Defensor” (pág. 22), e “Justiça Criminal” (pág. 24), à medida que suas atividades vêm da articulação de diferentes organizações da sociedade civil com a Defensoria para garantir o acesso à justiça.

A conclusão do projeto será o oferecimento, no primeiro semestre de 2013, de um documento com recomendações para o Conselho Superior da Defensoria, visando à qualidade do atendimento e o efetivo acesso à justiça neste momento crucial de estruturação e expansão gradual da instituição em São Paulo.

## UM DIAGNÓSTICO GLOBAL

*IDDD e Conectas aplicam no Brasil pesquisa iniciada na Europa; sete organizações completam estudo latino-americano*

Diretora responsável: Ludmila Vasconcelos Leite Groch

Associada coordenadora: Camila Austregesilo Vargas do Amaral

Financiador:



Parceria:



Organizações de outros países no projeto:

Asociación por los Derechos Civiles (ADC), Argentina  
CERJUSC, Peru

Dejusticia - Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Colombia

Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales de Guatemala (ICCPG)

Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales y Sociales (INECIP), Argentina

Open Society Justice Initiative (Estados Unidos, Hungria e México)

Presunción de Inocencia, México

Pesquisadora: Maíra Zapater



Desde julho de 2012, o IDDD participa da pesquisa “Efetividade do Direito de Defesa na América Latina”. O Instituto foi convidado, junto com a Conectas Direitos Humanos, para replicar no Brasil estudo já feito em países da Europa, para traçar diagnósticos da efetividade do direito de defesa. Por iniciativa de Open Society Foundations, o estudo está sendo realizado em mais cinco países da América Latina, por sete diferentes organizações não governamentais.

O início do projeto foi marcado por uma reunião em Lima, capital peruana, em julho de 2012, com a participação de representantes de todas as organizações envolvidas com a pesquisa. O trabalho consiste em um levantamento crítico sobre a organização do sistema de justiça criminal em São Paulo, bem como a efetividade do direito de defesa no

ordenamento jurídico brasileiro, por meio do levantamento do número de defensores públicos e de análise das normas vigentes, com foco principal no estado de São Paulo, mas com informações gerais que dizem respeito a todo o país.

Após o término da pesquisa, os dados, compilados em um livro, serão usados para reivindicar o melhor funcionamento do sistema de justiça criminal no país.

# REFLEXÕES NA PRISÃO

*Presos que participam do curso tornam-se também agentes replicadores de direitos*

O projeto “Educação para Cidadania no Cárcere” teve sua primeira edição em 2010 e tem sido ampliado e aperfeiçoado desde então. Trata-se de um curso oferecido pelo IDDD, em que são promovidas sempre de 15 a 20 formações em uma unidade prisional, com a participação de advogados associados do Instituto como professores voluntários, além de convidados especialistas em determinados temas de interesse da turma de educandos.

Os temas abordados são sempre uma composição entre dúvidas evidenciadas pelos participantes sobre o sistema carcerário e o Direito Penal, além de questões-chave da área de Direitos Humanos e Cidadania identificados pela equipe do Instituto. Os conteúdos são abordados sempre por meio de dinâmicas participativas, buscando a construção coletiva dos conhecimentos, segundo os fundamentos da pedagogia de Paulo Freire. O objetivo do projeto é informar os presos sobre seus direitos relacionados à prisão provisória e execução da pena e, com isso, contribuir para o resgate de sua cidadania por meio da educação e, dessa maneira, formar agentes replicadores de projetos educacionais dentro do sistema prisional paulista.

Em 2012 foram realizadas três edições do curso. A primeira deste ano (a quinta do projeto), foi realizada na Penitenciária Feminina de Sant’Ana, entre janeiro e abril. Neste módulo, questões afetas ao direito de família, como dúvidas sobre o processo da perda de guarda dos filhos da mulher presa, foram esclarecidas por convidados como o defensor público Diego Vale de Medeiros, coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos da Infância e da Adolescência.

De junho a setembro, o curso foi realizado na Penitenciária Feminina da Capital, na zona norte de São Paulo. Com a predominância de presas estrangeiras no estabelecimento, os principais temas estavam relacionados às peculiaridades na execução de suas penas e ao processo de extradição. Para falar sobre essas questões, foram convidados os defensores públicos da união João Freitas Chaves e Erica de Oliveira-Hartmann e Michael Mary Nolan, diretora do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), organização que realiza um trabalho intenso com presas estrangeiras. Além de outros profissionais convidados para participar das formações, o Defensor Público do Estado de São Paulo Gustavo Junqueira foi o responsável pela aula voltada à execução penal.

A sétima edição do projeto teve início em setembro e a previsão de término é para dezembro. O módulo acontece no Complexo Penitenciário Adriano Marrey, em Guarulhos, na Grande São Paulo. Ao todo, 22 advogados associados e sete convidados ofereceram formações a 118 mulheres e homens em situação de prisão nas três edições do ano.

36

## LIVREria - MAIS DE 5 MIL LIVROS DOADOS

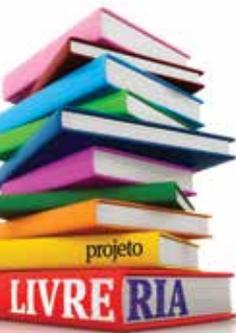
Diretor responsável: Andre Pires de Andrade Kehdi | Associado coordenador: Átila Machado

O projeto “LIVREria distribuiu mais de 5 mil livros para quatro estabelecimentos prisionais em 2012: Centro de Detenção Provisória de Guarulhos II, Penitenciária Feminina de Sant’Ana, Complexo Penitenciário Adriano Marrey e Penitenciária José Parada Neto.

Idealizado em 2009, o projeto tem o intuito de estimular a criação e ampliação de acervos bibliográficos nos presídios de São Paulo. O IDDD acredita que por meio da leitura

as pessoas privadas de liberdade podem ter maior dignidade durante o cumprimento da pena, além de se sentirem fortalecidos para a reintegração à vida em liberdade, com a garantia de seu acesso à educação e à recreação.

O LIVREria foi suspenso em 2012 e passará por uma reestruturação para, mais que levar livros aos presídios, colabore para a estruturação de bibliotecas nas unidades prisionais e, assim, produza resultados mais efetivos.



Diretor responsável: Hugo Leonardo

Associado coordenador: Vinicius Scatinho Lapetina

Financiamento:



Parceria:



**Apoio institucional:** Complexo Penitenciário Adriano Marrey, Corregedoria dos Presídios Femininos da Capital, Juízo de Execução Criminal de Guarulhos, Penitenciária Feminina da Capital, Penitenciária Feminina de Sant'Ana

**Consultoria:** Luiza Freire, pedagoga, e Ricardo Carvalho, jornalista e educador



Assista ao vídeo institucional do projeto em [www.youtube.com/idireitodefesa](http://www.youtube.com/idireitodefesa)

## Principais realizações em 2012

- | 3 edições
- | 3 unidades prisionais
- | 100 horas-aula
- | 22 associados voluntários
- | 7 convidados para aulas especiais
- | 150 horas de voluntariado
- | 118 homens e mulheres participantes

## CONVIDADOS PARA AULAS ESPECIAIS

Diego Vale de Medeiros, defensor público | Gustavo Junqueira, defensor público | Michael Mary Nolan, diretora do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITCC) | Fernanda Balera, advogada e produtora do documentário "Mães do Cárcere" | Erica de Oliveira Hartmann, defensora pública da União | João de Freitas Chaves, defensor público da União | Verônica Sionti, defensora pública da Vara de Execução Criminal

## ASSOCIADOS PARTICIPANTES DO PROJETO

Andre Pires de Andrade Kehdi | André Turella Carpinelli | Arthur Sodré | Augusto Arruda Botelho Neto | Bruno Salles | Carlos Chammas | Eleonora Nacif | Fabio Tofic | Flávia Rahal | Guilherme Carnelós | Hugo Leonardo | Isadora Fingermann | Karlis Mirra Novickis | Leopoldo Stefano | Ludmila Vasconcelos Leite Groch | Luiz Antonio Ferreira Nazareth Junior | Luiz Fernando Bravo de Barros | Marcelo Barazal | Marcelo Feller | Marcos Vidigal de Freitas Crissiuma | Milene Maurício | Priscila Pamela dos Santos | Thiago Anastácio | Vinicius Scatinho Lapetina

# RESPEITO A DIREITOS COMEÇA NA ESCOLA

*Levar direitos à sala de aula é o primeiro passo para o estímulo de uma cultura democrática, base do direito de defesa*



Este ano marcou a segunda edição do projeto “Educação para Direitos”, que leva aulas semanais sobre direito, cidadania, cultura democrática e direito de defesa à Escola Estadual Deputado Hugo Lacorte Vitale, no Campo Limpo, zona sul de São Paulo. Cerca de 60 estudantes do 7º e 8º ano do ensino fundamental participam das aulas, extracurriculares e optativas.

38

As atividades começaram em abril, com aulas semanais, às quintas-feiras, no período da manhã (fora do período ordinário de aulas), contando com cerca de 50 alunos. Na edição de 2012, foram promovidas diversas atividades especiais, entre elas cinco excursões temáticas. O propósito das atividades este ano era ampliar o impacto do projeto para além da sala de aula, provocando o desenvolvimento de uma visão crítica nos adolescentes, por meio da participação em atividades culturais, do envolvimento com as atividades da comunidade e intervenções ativas nas questões relacionadas à escola e seu entorno.

Inspirados nessas atividades extracurriculares e na iniciativa da estudante de Santa Catarina Isabela Faber, que criou a página “Diário de Classe” em mídia social para relatar os problemas de sua escola, os educadores do projeto também provocaram os alunos a criar uma página similar. Com o ritmo das atividades, a periodicidade das aulas foi ampliada para duas vezes por semana a partir do mês de outubro. Além disso, novos adolescentes pediram para participar do projeto, ampliando o número de alunos para mais de 60.

O projeto “Educação para Direitos” marcou também a primeira iniciativa do IDDD em realizar uma atividade de avaliação de impacto sistematizada e profissional. Com o apoio da consultoria Move Social, será feito um relatório sobre os resultados deste ano, com base em indicadores e avaliação qualitativa, feita por meio de atividades de grupos focais envolvendo os alunos, suas famílias e os educadores envolvidos.

## ASSOCIADOS PARTICIPANTES DO PROJETO

Andre Pires de Andrade Kehdi | Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo | Janaina Soares Gallo |  
Mariana Cavalheiro Alves de Queiroz | Priscila Pamela dos Santos | Thiago Sampaio Antunes

Diretor responsável: Andre Pires de Andrade Kehdi

Associada coordenadora: Mariana Cavalheiro Alves de Queiroz

Financiamento:



Parceria: Escola Estadual Dep. Hugo Lacorte Vitale

Apoio:



Apoio institucional: União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, Delegacia Regional de Ensino

Consultoria: Luiza Freire, pedagoga, e Ricardo Carvalho, jornalista e educador

## Principais realizações em 2012

- | Mais de 60 alunos
- | Mais de 100 horas-aula
- | 5 atividades externas
- | Avaliação de impacto com alunos, pais e educadores

## DIÁRIO DO PROJETO

Leia todas os relatos de atividades e saiba mais sobre o projeto em [bit.ly/IDDD\\_Edireitos](http://bit.ly/IDDD_Edireitos)

### Fevereiro

Reunião com a comunidade e abertura de inscrições

### 29 de março

Início das aulas

### 12 de junho

Atividade especial em sala de aula: julgamento simulado sobre aborto de fetos anencéfalos

*No embalo do julgamento do Supremo Tribunal Federal, os alunos foram divididos em grupos para defender as diferentes posições em relação à questão.*

### 28 de junho

Visita à Casa da Mulher e da Criança, sede da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências.

*Atividade foi acompanhada pelo Coordenador de Cultura da entidade, Rafael Mesquita*

40

### 15 de julho

Peça de teatro "Doze homens e uma sentença"

*17 pessoas, entre estudantes e integrantes da comunidade, foram ao teatro Tucarena no fim de semana e, depois de assistirem à peça que enaltece a falibilidade humano como um fundamento para que as pessoas sejam julgadas com seriedade, conversaram com alguns dos atores, especialmente Ivo Muller, que havia conseguido com a produção um preço promocional dos ingressos para o projeto.*



### 23 de agosto

Concurso de vídeos sobre "democracia"

*Divididos em grupos, os alunos apresentaram vídeos para convidados especiais, que atuaram como jurados: Paulo Roberto da Silva, coordenador do Ensino Médio da Escola, Tali Yankeleviche, cineasta, Edimilson Nascimento, representante da União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, além dos educadores Gutierrez Silva e Elisângela Cordeiro, da Viração Educomunicação. Como prêmio, a turma inteira ganhou uma atividade sobre educomunicação na Viração (em 5 de outubro).*

### 30 de agosto

Excursão para o Memorial da Resistência

*Cerca de 20 adolescentes foram à região central da capital conhecer o prédio em que funcionou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (Deops-SP). O local foi criado para preservar a memória do período da repressão. Durante a visita, os alunos puderam conversar com Maurice Politi, ex-presos político.*

### 27 de setembro

Aula sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

*Nessa aula os alunos elaboraram, a partir de debates estabelecidos em grupos (subcomissões) e, em toda a sala (plenário) a sua própria Declaração Universal dos Direitos Humanos. As discussões acaloradas e o resultado mostraram que o incentivo a uma cultura de Direitos Humanos desde a adolescência é simples e profícuo.*



### 5 de outubro

Oficina de educomunicação na Viração Educomunicação

*Após tanto debaterem, ao longo do ano, a liberdade de expressão e a censura, os adolescentes exerceram seu direito constitucional de se comunicar na prática. Na oficina, ocorrida sob a orientação dos educadores Elisângela Cordeiro e Karina Lakerbai, aprenderam a fazer um jornal mural, no qual abordaram os temas mais importantes sobre o dia a dia da escola.*

### 31 de outubro

Visita ao Tribunal de Justiça

*50 alunos fizeram uma visita monitorada pelo cerimonial do Palácio da Justiça, no centro da cidade, e conheceram as principais instalações e histórias relacionadas ao poder judiciário de São Paulo.*

### 9 de novembro

Reunião de grupo focal

*Foram iniciadas as atividades de avaliação do ano, com um debate interno entre alguns adolescentes participantes com a facilitadora Carine Ferreira Guedes, da Move Social.*



## ALUNOS DO PROJETO

Alessandra de O. Pereira | Alexandre Costa Menezes | Alexandre Dionisio dos Santos | Ana Carolina Porto dos Santos | Ana Tereza Santos Reis | Beatriz Carvalho de Souza | Beatriz Santos Serafim | Bruno do Nascimento | Camila Florencio Alves | Daniele Aparecida de Souza | Daniele Araújo de Sousa | Eduarda Rodrigues Santos | Eduardo Souza Cunha | Elaine Eduarda S. Duarte | Elena Cristina C. de Jesus | Gabriela Barbosa de Oliveira | Giovanna Melo da Silva | Giovanna Thayane M. de Souza | Giovany Ferreira | Giovany Pereira Vieira | Isabela Vieira Nefomuceno | Jean Soares dos Santos | Jéssica Riobranco da Silva | Juliana Ilace Golçalvez | Juliana Ilace Gonçalves | Júlio César Carvalho de Souza | Kaíque Gabriel F. Amorim | Karine Hipólito Duarte Sousa | Katleen Gomes de Oliveira | Késsia Taynara Melo da Silva | Keyla Estrela Albuquerque | Larissa Franco Silva | Letícia Amara Martins Silva | Letícia Lima Sousa | Marcelo Luiz da Silva | Marcos Felipe da Silva Costa | Mariana Oliveira Costa | Mário Henrique Oliveira | Matheus Barros Macedo | Matheus Rocha | Milena Tainara Bacelar da Silva | Nathália B. Amaral | Paulo Ferreira de Mesquita | Regiane P. de Abreu | Rosielly Pereira Soares | Sara Cristina Lopes dos Santos | Sintia T. de Souza | Suevelyn Ferreira Rocha | Tainah Meira Farias | Tainara Pereira da Silva | Thais dos Santos Gomes | Thais Santos Borges | Thaynara Santiago dos Santos | Tiago Pires | Uriel Riobranco da Silva | Vanessa Ferreira de Moura | Victor Nogueira | Wanessa Nascimento Silva | Wellington de Sousa Rosa | Willians Mota Almeida | Yasmin Matias da Silva

## A IMPRENSA E O DIREITO DE DEFESA

*Para abordar dilemas entre a atuação da imprensa livre e o respeito às garantias da defesa, IDDD abre um diálogo direto e reto em redações*

Idealizado por Flavia Rahal, ex-presidente e conselheira do IDDD, o projeto “Olhar Crítico” foi retomado no ano de 2012, depois de uma experiência piloto em 2008, com o objetivo de dialogar com jornalistas, estudantes de comunicação e formadores de opinião o direito de defesa em coberturas de casos criminais.

Com um formato diferente, o projeto prevê a realização de debates com jornalistas dentro das próprias redações dos principais veículos de comunicação de São Paulo. Um *clipping* temático feito no IDDD monitora a imprensa no que concerne à observância das garantias fundamentais individuais na cobertura jornalística.

Entre as atividades do projeto, que continua esta edição até o início do próximo ano, com financiamento obtido junto ao Fundo de Investimento Social A. Jacob e Betty Lafer, estão também uma publicação final, que conterà um guia temático para jornalistas, e a realização de um seminário para profissionais da área de Comunicação e do Direito, abordando os principais tópicos desenvolvidos ao longo de 2012. O evento será realizado em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), este que também será parceiro na produção do guia temático sobre direito de defesa para a imprensa.

Um grande diferencial do projeto nesta edição é contar com a colaboração de Eugênio Bucci, professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo e Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), colunista do jornal O Estado de S. Paulo e da revista Época, para a definição do conteúdo principal a ser abordado no projeto. Bucci auxiliou o IDDD na identificação de conflitos éticos e orientações esclarecedoras e úteis para os profissionais envolvidos na cobertura de assuntos relacionados ao direito penal.

42



Painel do IDDD e do Conjur no Congresso da Abraji

O primeiro debate em redação aconteceu na rádio CBN em 10 de outubro. Cerca de 12 jornalistas ouviram as exposições de Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, Flavia Rahal e Marina Dias. Interessados, apontaram uma série de questões, desde dúvidas sobre o funcionamento do Tribunal do Júri até sobre dilemas na abordagem entre jornalistas, advogados criminalistas e outras autoridades do sistema de justiça criminal. A meta do projeto é realizar mais seis debates em redações, sendo duas de jornais impressos, uma de revista, uma de portal de internet e duas de televisão.

Diretora responsável: Renata Mariz de Oliveira Mendonça de Alvarenga

Financiamento:

FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL  
A. JACOB E BETTY LAFER

Parceiros:



Apoio: Eugênio Bucci

## Principais realizações do projeto em 2012

| Palestra para jornalistas no Congresso anual da Abraji

| Artigo especial na revista da ESPM

| Debate realizado com jornalistas na rádio CBN



## Espaço para público especializado

43

A presidente do IDDD, Marina Dias, foi convidada para falar a públicos especializados sobre o direito de defesa em duas oportunidades. Na primeira delas, escreveu artigo para a revista da ESPM sobre a importância de a imprensa se pautar nos princípios que sustentam o Estado Democrático e assumir responsabilidade pelos abusos cometidos contra pessoas acusadas de crimes - sem que se fira com isso a liberdade de imprensa. A segunda foi em 14 de julho: a presidente participou do painel "Cobertura criminal e direito de defesa" no 7º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo realizado pela Abraji, ao lado de Márcio Chaer, diretor da revista eletrônica Consultor Jurídico.

## ASSOCIADOS PARTICIPANTES DO PROJETO

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira | Cristiano Ávila Maronna | Eduardo Muylaert | Flavia Rahal | Guilherme Braga  
| Ludmila Vasconcelos Leite Groch | Marcela Moreira Lopes | Marina Dias Werneck de Souza | Milene Maurício |  
Priscila Pamela dos Santos | Renata Mariz de Oliveira Mendonça Alvarenga

## SEM PENA

*Filme mostrará a realidade da justiça sob o foco dos envolvidos em acusações e processos criminais*

“Sem Pena - Às voltas com a Justiça” é um documentário para o cinema coproduzido pelo IDDD e a Heco Produções. Desde 2010, o projeto vem sendo gestado, foi aprovado pelos mecanismos de incentivo da Lei do Audiovisual (Ancine/Ministério da Cultura) e do Programa de Apoio à Cultura do Estado de São Paulo (ProAC), obtendo três patrocinadores por esses mecanismos.

Em setembro de 2012, o documentário começou a ser filmado, depois de uma longa trajetória de pesquisa e pré-produção, com direção de Eugênio Puppo, da Heco Produções, produtora de cinema que atua desde 1995 em projetos culturais de formação artística e educacional. A Heco também é criadora do Portal Brasileiro de Cinema, realiza mostra de filmes e ciclos de palestras. Concluiu recentemente dois filmes com Jorge Bodanzky e dois filmes sobre bairros históricos da cidade de São Paulo, além do documentário “São Miguel do Gostoso”, selecionado para o festival “É Tudo Verdade” de 2011.

O documentário mostrará a realidade da justiça pelo ponto de vista das pessoas envolvidas em investigações e processos criminais, que sentiram na pele a força de uma acusação penal. Pessoas que foram acusadas em processos penais, algumas condenadas, outras absolvidas, seus familiares e amigos contam o drama de vivenciar uma incriminação, uma investigação, uma pena. Além disso, atores do judiciário oferecem uma visão crítica do sistema de justiça. Entre outros entrevistados na primeira etapa de gravações estão o ex-Secretário Nagashi Furukawa, a desembargadora Kenarik Boujikian Felipe, os defensores públicos Bruno Shimizu e Marcelo Novaes, o coordenador da Pastoral Carcerária Padre Valdir, a fundadora da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad) Dalilia Figueiredo e Eugenio Raul Zaffaroni, ministro da Suprema Corte Argentina.

O documentário deve ser lançado em meados de 2013. Antes da estreia nos cinemas está prevista uma ação de pré-lançamento com a promoção de debates e ciclos de palestras.

44

## DEMASIADO HUMANO

### Parceria:



### Outro filme vai explorar a relação da prisão com o exercício da cidadania

Depois do lançamento do “Sem Pena”, o IDDD poderá coproduzir outro documentário, pré-intitulado “Demasiado Humano”.

A produtora Jambreiro Filmes, contratada pelo IDDD para fazer o vídeo institucional do projeto “Educação para Cidadania no Cárcere” (pág. 36), abraçou a ideia do projeto e investiu na gravação de entrevistas com os homens presos no Complexo Penitenciário Adriano Marrey durante a realização do curso na unidade em 2010. A partir de 2013, a produtora e o IDDD passarão a buscar recursos para financiar a edição e a finalização do filme, que terá direção de Masi Torres.

Diretor responsável: Hugo Leonardo

Diretora de Captação de Recursos: Paula Sion de Souza Naves

Associada coordenadora: Luciana Zaffalon

Financiamento\*:

**ambev**



Parceria:



Apoio:



\* O Projeto continua em busca de novos patrocinadores e apoiadores



45

Assista ao vídeo de pré-produção do documentário em [www.youtube.com/idireitodedefesa](http://www.youtube.com/idireitodedefesa)

## ASSOCIADOS QUE COLABORARAM PARA O DOCUMENTÁRIO

Alexandra Lebelson Szafir | Andre Pires de Andrade Kehdi | Átila Machado | Augusto de Arruda Botelho Neto | Carolina de Queiroz Franco Oliveira | Cristiano Ávila Maronna | Dora Cavalcanti Cordani | Douglas Goulart | Fabiana Pinheiro Freme Ferreira | Flavia Rahal | Guilherme Madi Rezende | Gustavo Alves Parente Barbosa | Hugo Leonardo | José Carlos Abissamra Filho | Juliana Villaça Furukawa | Leopoldo Steffano Gonçalves Leone Louveira | Luciana Zaffalon | Marcela Moreira Lopes | Marcelo Behar | Marcelo Feller | Márcio Thomaz Bastos | Marina Dias | Paula Sion de Souza Naves | Phillipe Nascimento | Rodrigo Abud | Thais Pires de Camargo Rego Monteiro

# REFORMA DO CÓDIGO PENAL EM PAUTA

*Evento lotou o IDDD para debater os principais pontos do anteprojeto do Senado*

Diretora responsável: Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo

Financiamento:



Evento realizado em 2 de outubro

Debatedores

- | Juliana Garcia Belloque, defensora pública
- | Heloísa Estellita, advogada criminalista
- | Leônidas Ribeiro Scholz, advogado criminalista
- | Theodomiro Dias Neto, advogado criminalista

46



No dia 2 de outubro foi realizada uma nova edição do Bate-papo do IDDD. A discussão foi sobre a reforma no Código Penal, mais especificamente sobre o anteprojeto apresentado no Senado Federal. Os expositores foram a defensora pública Juliana Garcia Belloque, integrante da Comissão de Juristas do Senado, e os advogados criminalistas Heloísa Estellita, Leônidas Ribeiro Scholz e Theodomiro Dias Neto.

O Bate-papo é um dos projetos voltados para a provocação de reflexão e sensibilização da sociedade para temas relevantes para o direito de defesa. O evento, gratuito e aberto ao público, contou com a participação de mais de 40 pessoas, em sua maioria associados do IDDD.

A temática escolhida para esta edição do evento se relacionava com a atuação política do IDDD em relação ao Código Penal (v. projeto “Justiça Criminal”, e “Intervenções pelo Direito de Defesa”, pág. 28 e 29).

# REFLEXÃO HISTÓRICA

*O réu era o homem considerado primeiro serial killer do Brasil - que morreu sem ser julgado*

Diretor responsável: Guilherme Madi Rezende

Realizadores do evento:



Apoio institucional:



Na noite de 20 de setembro, mais de 600 pessoas participaram de evento que absolveu, simbolicamente, por 257 a 75 votos, o homem conhecido na literatura criminal como primeiro assassino em série do Brasil, José Augusto do Amaral, o Preto Amaral, acusado pelo estupro seguido de homicídio de três meninos em São Paulo na década de 1920. Amaral morreu no cárcere, em 1927, em decorrência de uma tuberculose, antes de ser condenado ou absolvido. No entanto, mesmo sem julgamento, foi condenado pela opinião pública, sendo considerado o primeiro assassino em série do país.

O “Júri Simulado sobre o caso Preto Amaral” foi realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo São Francisco, repetindo o sucesso de público e repercussão do júri simulado já promovido pelo Instituto em 2009, em homenagem a Waldir Troncoso Perez.



No júri simulado de 2012, o elemento de representação era mais forte. Atores da Cia. Pessoal do Faroeste deram vida ao próprio réu, bem como a uma testemunha, que seria a mãe de uma das vítimas dos crimes. Na tribuna de defesa, desta vez estavam o criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, do IDDD, e o defensor público do Estado de São Paulo Renato Campos Pinto de Vitto. Faziam parte da acusação o promotor Carlos Roberto Marangoni Talarico e Augusto de Arruda Botelho Neto, vice-presidente do IDDD. Pesquisadores especialistas no caso, Ilana Casoy e Paulo Fernando de Souza Campos também deram depoimentos. José Henrique Torres, presidente da Associação de Juízes pela Democracia (AJD) era o juiz da sessão plenária.

**MESA DE ABERTURA:**  
**DANIELA SOLLBERGER CEMBRANELLI**  
Defensora Pública-Geral do Estado de São Paulo  
**MARINA DIAS WERNECK DE SOUZA**  
Diretora-presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)  
**ANTÔNIO MAGALHÃES GOMES FILHO**  
Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo  
**LUCIANA ZAFFALONI LEME CARDOSO**  
Quadradora-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

**JULGAMENTO SIMULADO**  
**TRIBUNAL DO JÚRI: OS CRIMES DE PRETO AMARAL**

**JUIZ:**  
**JOSÉ HENRIQUE TORRES**  
Juiz de Direito, Presidente da Associação dos Juizes para a Democracia (AJD)

**ACUSADOR:**  
**CARLOS ROBERTO MARANGONI TALARICO**  
Promotor de Justiça desde 1986, titular do 1º Tribunal do Júri da Capital, Secretário Executivo da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri por três anos, Secretário Executivo do SECEP - Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Ajudade Policial da Capital. Atuou na acusação e condenação (única no Tribunal do Júri) de Marco Herbas Camacho (Marcolá), entre outros.

**ADVOGADO:**  
**AUGUSTO DE ARRUDA BOTELHO NETO**  
Advogado, Vice-Presidente do IDDD - Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)

**DEFESA:**  
**ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA**  
Advogado Criminal, Assessor Jurídico (2011), ex-Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de São Paulo, ex-Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ex-Secretário de Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo.

**DEFENSOR PÚBLICO:**  
**RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO**  
Defensor Público do Estado de São Paulo

**TESTEMUNHAS:**  
**ILANA CASOY**  
Graduada em Administração de Empresas pela USP e especializada em Criminologia pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, integrou a formação com o curso de Crime Scene Investigation coordenado pelo Instituto of Public Safety, Membro do Núcleo de Interdisciplinaridade do Direito (NID) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Autora dos livros "Serial Killer - Louco ou Crível?", "Serial killers - Made in Brazil", "O Quarto Mendocino - Caso da Polícia e 18 Pratos e 4 Testemunhas".

**ADVOGADO:**  
**PAULO FERNANDO DE SOUZA CAMPOS**  
Doutorado em História com a tese "Os Crimes de Preto Amaral: Representações da Repressão em São Paulo - 1920"

**MÃE DE UMA DAS VÍTIMAS**  
Neusa Veloso, atriz, Cia. Pessoal do Faroeste.

**REU:**  
**JOSÉ AUGUSTO DO AMARAL**  
Região Branca, atriz, Cia. Pessoal do Faroeste

**20 SET / AS 2012 | 18H30min**

**SERIAL KILLER OU VÍTIMA DE JUSTIÇA SOCIAL?**

Tudo como o primeiro assassino em série brasileiro, José Augusto do Amaral, conhecido como Preto Amaral, foi acusado em 1927, fêzido antes de ser julgado, não se beneficiou do princípio constitucional da presunção de inocência. Um resgate histórico reconstruirá as circunstâncias da acusação que compunham a atmosfera da época.

# SUSTENTAR IDEAIS E AÇÕES

*Nenhuma atividade seria possível sem a confiança depositada por instituições que compartilham visão sobre a causa*

Parcerias são essenciais para que o IDDD possa realizar sua missão, avançar na realização de atividades práticas e ampliar o impacto de seu discurso e de sua atuação em prol do direito de defesa, seja por meio da articulação, do trabalho somado ou seja por meio do investimento direto.

Além da contribuição essencial de todos os associados, todas as instituições e pessoas listadas nesta e nas próximas páginas dispõem recursos para colaborar com o IDDD. Algumas dispõem de tempo e trabalho voluntário dedicados por seus colaboradores; outras colocam à disposição tempo e energia para o diálogo e para a construção conjunta de propostas e ações.

Um grupo específico, no entanto, deposita uma confiança ainda maior no IDDD: estas são as instituições que investem recursos materiais para manter e fortalecer a estrutura do Instituto, bem como para arcar com despesas de determinados projetos em curso:

## Mantenedores do IDDD em 2012

Cavalcanti  
& Arruda Botelho  
Advogados

  
MALHEIROS FILHO - CAMARGO LIMA - RAHAL  
ADVOGADOS

DIAS E CARVALHO FILHO | ADVOGADOS

ADVOCACIA  
MARIZ DE OLIVEIRA

LEVY & SALOMÃO  
ADVOGADOS

PODVAL - ANTUN  
INDALECIO  
ADVOGADOS

RÃO, PACHECO, PIRES & PENÓN  
ADVOGADOS

48

Márcio Thomaz Bastos

## Financiadores do IDDD em 2012

 OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS

FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL  
A. JACOB E BETTY LAFER

Fundação  
ARYMAX

Documentário "Sem Pena":

ambev

 BBDTVM

 CSN  
Companhia Siderúrgica Nacional

### Compradores de Obras do 5º Jantar de Confraternização (2011):

Augusto de Arruda Botelho Neto  
Celso Vilardi  
Dora Cavalcanti Cordani  
Fábio Cascione  
Leônidas Ribeiro Scholz  
Luiz Fernando Sá e Souza Pacheco  
Odel Mikael Jean Antun  
Roberto Podval  
Sandra Maria Gonçalves Pires

# ARTICULANDO VAMOS MAIS LONGE

*IDDD dialoga com diferentes instituições para garantir o direito de defesa*

Boa parte dos propósitos do IDDD coincide com os objetivos das instituições que compõem a Rede Justiça Criminal (v. pág. 24), um núcleo que tem feito a diferença na defesa de um sistema penal mais justo. Além da atuação em rede, o Instituto também conta com parcerias e articulações institucionais, principalmente nos projetos que envolvem *advocacy* pela garantia da comunicação entre réu e defensor e acesso à justiça. Saiba quais são as instituições que têm interlocução com o IDDD.

## Rede Justiça Criminal



Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas



Núcleo Especializado da Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado

## LADO A LADO

*Organizações e pessoas que colaboram diretamente com as atividades do IDDD*

### Parceiros na execução de projetos

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) | Associação pela Reforma Prisional (ARP) - Rio de Janeiro | Asociación por los Derechos Civiles (ADC) - Argentina | Cia. Pessoal do Faroeste | CERJUSC - Peru | Conectas Direitos Humanos | Defensoria Pública do Estado de São Paulo | Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad (Dejusticia) - Colombia | Escola da Defensoria Pública do Estado (Edepe) | Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo | Heco Produções | Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) | Instituto de Defensores de Direitos Humanos (IDDDH) - Rio de Janeiro | Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales de Guatemala (ICCPG) | Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales y Sociales (INECIP) - Argentina | Instituto Sou da Paz | Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) | Jambeiro Filmes | Justiça Global - Rio de Janeiro | NEV-USP | Núcleo Especializado de Combate a Discriminação | Pastoral Carcerária | Racismo e Preconceito da Defensoria Pública do Estado | Open Society Justice Initiative - Estados Unidos, Hungria e México | Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo | Presunción de Inocencia - México | Red Regional para la Justicia Previa al Juicio de América Latina | Rede Justiça Criminal | Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SAP) | UWE - Bristol, Reino Unido

### Apoiadores

*Instituições e pessoas que oferecem doações e serviços pro bono para o IDDD*

Ara Vartanian | Buffet Charlô | Carbono Zero Courier | ESPM Social | Fulô | Galeria de Arte André | Instituto Tomie Ohtake | Lions Nightclub | Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados | Move Social | Vázquez + Junqueira Arquitetos Associados | Viração Educomunicação

Claudio Tozzi | Eduardo Muillaert | Eugênio Bucci | Jeferson Kim | Roberta Harada | Rodrigo Reis

### Apoio institucional

Centro de Detenção Provisória I de Pinheiros | Complexo Penitenciário Adriano Marrey | Corregedoria dos Presídios Femininos da Capital | Defensoria Pública da União | Escola Estadual Dep. Hugo Lacorte Vitale | Fundação Dr. Manoel Pedro Pimentel (Funap) | Núcleo Especializado dos Direitos da Infância e da Adolescência da Defensoria Pública do Estado | Penitenciária Feminina de Sant'Ana | Penitenciária Feminina da Capital | União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências | Vara de Execução Criminal de Guarulhos

### Agradecimentos

Adriana Norberto, Adriano Galvão, Alberto Silva Franco, Alex Lima, Amanda Cássia Dias, Amir Admoni, André Brandão, André Isnardi Leonardi, Andrea Silva Britto, Aristeu Bertelli da Silva, Beto Montalvão, Bruna Angotti, Cacá Ribeiro, Carine Ferreira Guedes, Carlos Araújo, Carlos Massaru Takahashi, Carlos Roberto Talarico, Carlos Vico Mañas, Carolline Cippiciani, Cauê Castellani, Cristina Guelfi Gonçalves, Daniel Brandão, Daniela Laloum, Daniela Sollberger Cembranelli, Danilo Mambretti, Eduardo Pereira, Edmilson Nascimento, Elisangela Cordeiro, Eugênio Bucci, Eugênio Puppo, Evelyn Araripe, Facundo Guerra, Felipe Dmab, Felipe Sigrist, Fernanda Barreto, Fernanda Vilares, Fernando Mitre, Glauter Del Nero, Guilherme Alpendre, Guilherme Werneck, Gutierrez Silva, Heidi Cerneka, Helena Romanach, Helio Gurovitz, Heloísa Bonfanti, Heloísa Estellita, Hugo Berni Neto, Igor Rocha, Ilana Casoy, Ina Zoon, Inês Mindlin Lafer, Isa Alexandrino, Itã Cortez, Ivete Halasc, Ivo Muller, Jayme Garcia dos Santos, João Paulo Charleaux, José Amaro (Marinho), José Emílio Abrósio, José Henrique Torres, Juana Kweitel, Juliana Garcia Belloque, Leonardo Stamillo, Leônidas Ribeiro Scholz, Luciana Guimarães, Luciana Zaffalon, Luiz Junqueira, Marcelo Beraba, Marcelo Bicalho Behar, Marcos Fuchs, Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira, Mariana Sampaio, Marta Saad, Masi Torres, Maurício Guarnieri, Mary Miller-Flowers, Myla Verzola, Nídea Sorci, Otávio Dias, Paulo César Malvezzi Filho, Paulo Fernando de Souza Campos, Paulo Roberto da Silva, Pedro Mariani, Rafael Custódio, Rafael Mambretti, Raquel Melo, Renato Felisatti, Ricardo Kodo, Renato de Vitto, Rodolfo Valente, Ruth Goldberg, Simone Corsi, Sonia Massatente, Tali Yankeleviche, Theo Rocha, Theodomiro Dias Neto, Valdir Silveira (Padre Valdir), Vitore Maximiano e todos os representantes, integrantes e colaboradores dos escritórios associados e das organizações parceiras do IDDD.

# CONTRIBUA COM O IDDD

Existem diversas maneiras de fortalecer nossa atuação em defesa do direito de defesa.

Conheça nossos projetos e decida qual deles apoiar:



- SOS Liberdade
- Direito de Defesa no Tribunal do Júri
- Comunicação entre Réu e Defensor
- Projeto Justiça Criminal (Rede de Justiça Criminal)
- Intervenções pelo Direito de Defesa
- Pesquisa “Uma Análise Crítica da Defensoria de São Paulo”
- Pesquisa “Efetividade do Direito de Defesa na América Latina”
- Educação para Cidadania no Cárcere
- LIVREria
- Educação para Direitos
- Olhar Crítico
- IDDDoc
- Bate-papo
- Jantar Anual de Confraternização

## DOAÇÕES

O IDDD também aceita doações de pessoas físicas e jurídicas\*, bem como prestação de serviços gratuitos e trabalho voluntário.

Entre em contato com nossa equipe para conhecer nossa política de parcerias.

[idd@idd.org.br](mailto:idd@idd.org.br)

[www.iddd.org.br/contribua.aspx](http://www.iddd.org.br/contribua.aspx)

*\*O instituto tem certificação para oferecer benefícios de incentivo fiscal*

[www.iddd.org.br](http://www.iddd.org.br)

## Mantenedores do IDDD em 2012

Cavalcanti  
& Arruda Botelho  
Advogados



MALHEIROS FILHO - CAMARGO LIMA - RAHAL  
ADVOGADOS

DIAS E CARVALHO FILHO | ADVOGADOS

ADVOCACIA  
MARIZ DE OLIVEIRA

LEVY & SALOMÃO  
ADVOGADOS

PODVAL - ANTUN  
INDALECIO  
ADVOGADOS

RÃO, PACHECO, PIRES & PENÓN  
ADVOGADOS

Márcio Thomaz Bastos

## Financiadores do IDDD em 2012

 OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS

FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL  
A. JACOB E BETTY LAFER

